

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E**  
**ECONOMIA**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DOCENTES DE CONTABILIDADE**  
**SOBRE AS NORMAS INTERNACIONAIS**

**Jaqueline Kuhn**

**Orientador: Prof. Lúcio de Souza Machado**

**GOIÂNIA**

**2013**

**JAQUELINE KUHN**

**NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DOCENTES DE CONTABILIDADE  
SOBRE AS NORMAS INTERNACIONAIS**

Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Graduada em Ciências Contábeis.

**Orientador: Prof. Lúcio de Souza Machado**

**GOIÂNIA**

**2013**

## RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar o nível de conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis (modalidade presencial) da Grande Goiânia acerca das normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e baseadas nas normas do *International Accounting Standards Board* (IASB). A população são todos os professores de cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis das instituições de ensino superior (IES) da Grande Goiânia. A amostra final foi composta de cinquenta e cinco professores, que corresponde a aproximadamente 46% dos questionários enviados aos respondentes. Em relação à metodologia, este estudo é classificado como descritivo em relação aos objetivos, utilizou-se como estratégia de pesquisa o levantamento e como técnica de coleta de dados o questionário. Para a análise dos resultados, dividiu-se os CPCs em três partes: Parte 1, Parte 2 e Parte 3. Também foram feitos dois tipos de testes paramétricos através do *software Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS): o Teste *t* para igualdade de médias entre amostras independentes e o Teste ANOVA para igualdade de médias. Os resultados mostraram que a média de conhecimento dos professores da Grande Goiânia para os CPCs da Parte 1 é de 6,54, da Parte 2 é 5,00, e da Parte 3 é 4,79. A média de conhecimento relativa a todos os CPCs usados na pesquisa é 5,46. Por meio do Teste *t* para igualdade de médias, inferiu-se que o sexo e a participação de cursos sobre IFRS são variáveis que diferenciam a média de conhecimento dos professores. Através do Teste ANOVA para igualdade de médias pela metodologia, concluiu-se que o tempo de magistério, as disciplinas ensinadas, as idades, a maior titulação, o tipo de IES em que o professor ministra aulas e as horas de participação em cursos sobre IFRS não são variáveis que diferenciam a média de conhecimento dos professores. Além disso, concluiu-se que o CPC 29, tratando-se de todos os CPCs envolvidos na pesquisa, é o que os professores mais desconhecem. Finalmente, em uma escala de 0 a 10, os respondentes têm conhecimento médio de 5,46 sobre as normas internacionais de contabilidade.

**Palavras-chave:** Nível de Conhecimento; Docentes de Contabilidade; Normas Internacionais de Contabilidade.

## ABSTRACT

The general objective of this research is to evaluate the knowledge level of the teachers of undergraduate courses in Accounting (classroom modality) of the Greater Goiânia about international accounting standards, emitted by Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) and based in the standards of International Accounting Standards Board (IASB). The population is all the lecturers of classroom courses of undergraduate in Accounting of the higher education institutions (HEI) of the Greater Goiânia. The final sample was composed of fifty-five teachers, which correspond to approximately 46% of the questionnaires sent to respondents. Regarding the methodology, this study is classified as descriptive about the objective, used the survey as search strategy and the questionnaire as data collection technique. For analysis of the results, divided the CPCs in three parts: Part 1, Part 2 and Part 3. Were also made two types of parametric tests through the software Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS): the T-Test and the ANOVA Test, both for equality of means. The results showed that the mean of lecturers' knowledge of the Greater Goiânia for the Part 1 CPCs is 6,54, for Part 2 is 5,00, and for Part 3 is 4,79. The knowledge mean regarding all CPCs used in the research is 5,46. Through the T-Test for equality of means, inferred that the sex and the participation in courses about IFRS are variables that differentiated the mean of teachers' knowledge. Through the Test of equality of means by ANOVA methodology, concluded that the time teaching, the taught subject, the ages, the highest degree, the kind of HEI where the teacher gives lessons and the hours of participation in courses about IFRS aren't variables which differentiated the mean of lecturers' knowledge. Furthermore, concluded that the CPC 29, regarding all CPCs involved in the search, is the most unknown by the teachers. Finally, on a scale of 0 to 10, the respondents has mean knowing of 5,46 about the international accounting standards.

**Keywords:** Knowledge Level; Accounting Teachers; International Accounting Standards.

## LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 - Situação em relação às companhias listadas em fevereiro de 2012.....	16
Quadro nº 2 - Pronunciamentos da Parte 1 .....	29
Quadro nº 3 - Pronunciamentos da Parte 2.....	29
Quadro nº 4 - Pronunciamentos da Parte 3.....	29

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura nº 1 - Linha do tempo da convergência no Brasil .....	18
Figura nº 2 - Participação dos professores nos cursos do sistema CFC/ CRC's .....	38

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico n° 1 - Sexo .....	32
Gráfico n° 2 – Maior titulação .....	35
Gráfico n° 3 - Preferência em relação à formação/titulação do docente da disciplina Contabilidade Internacional.....	35
Gráfico n° 4 - IES em que ministra aulas .....	36
Gráfico n° 5 - Experiência como contador, auditor ou outra atividade contábil .....	36
Gráfico n° 6 - Fluência em língua estrangeira .....	37
Gráfico n° 7 - Participação em cursos .....	37
Gráfico n° 8 - Atualização em relação às IFRS .....	39
Gráfico n° 9 - Ações realizadas pelas IFES para promover o aperfeiçoamento dos docentes nas novas práticas contábeis .....	39

## LISTA DE TABELAS

Tabela n° 1 - Medidas descritivas para a idade .....	33
Tabela n° 2 - Medidas descritivas para o tempo de docência em meses .....	34
Tabela n° 3 – Parte 1 .....	40
Tabela n° 4 - Medidas descritivas gerais da Parte 1 .....	41
Tabela n° 5 – Parte 2 .....	42
Tabela n° 6 - Medidas descritivas gerais da Parte 2 .....	43
Tabela n° 7 - Parte 3 .....	43
Tabela n° 8 - Medidas descritivas gerais da Parte 3 .....	44
Tabela n° 9 – Medidas descritivas para todos os pronunciamentos .....	44
Tabela n° 10 – Média e desvio-padrão de acordo com o sexo .....	46
Tabela n° 11 - Média de conhecimento em IFRS <i>versus</i> sexo .....	47
Tabela n° 12 – Média e desvio-padrão de acordo com a experiência profissional .....	48
Tabela n° 13 - Média de conhecimento em IFRS <i>versus</i> experiência profissional .....	48
Tabela n° 14 – Média e desvio-padrão de acordo com a fluência em língua estrangeira .....	49
Tabela n° 15 - Média de conhecimento em IFRS <i>versus</i> fluência em língua estrangeira .....	50
Tabela n° 16 - Parâmetros estatísticos de acordo com a participação em curso sobre IFRS ..	50
Tabela n° 17 - Média de conhecimento em IFRS <i>versus</i> participação em cursos.....	51
Tabela n° 18 - Média e desvio-padrão segundo o tempo de magistério.....	52
Tabela n° 19 - Média de conhecimento em IFRS <i>versus</i> tempo de magistério.....	53
Tabela n° 20 - Média e desvio-padrão de acordo com as matérias ministradas.....	53
Tabela n° 21 – Média de conhecimento em IFRS <i>versus</i> disciplinas lecionadas.....	54
Tabela n° 22 - Média e desvio-padrão de acordo com a idade.....	55
Tabela n° 23 - Média de conhecimento em IFRS <i>versus</i> idade.....	56
Tabela n° 24 - Média e desvio-padrão segundo a maior titulação .....	56
Tabela n° 25 - Média de conhecimento em IFRS <i>versus</i> maior titulação .....	57
Tabela n° 26 - Média e desvio-padrão segundo a IES.....	57
Tabela n° 27 - Média de conhecimento em IFRS <i>versus</i> IES .....	57
Tabela n° 28 - Média e desvio-padrão de acordo a carga horária de cursos .....	58
Tabela n° 29 - Média de conhecimento em IFRS <i>versus</i> carga horária de cursos .....	59

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
Problema de pesquisa .....	12
Objetivos.....	12
<b>1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>13</b>
1.1 O processo de convergência no mundo .....	13
1.2 O processo de convergência no Brasil.....	16
1.3 Pesquisas sobre IFRS no Brasil .....	20
1.4 Pesquisas sobre IFRS em outros países.....	22
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
2.1 Classificação .....	26
2.2 População e amostra .....	26
2.3 Estratégia de pesquisa e procedimento de coleta de dados .....	27
2.4 Mecanismo de análise.....	28
2.4.1 Avaliação do nível de conhecimento.....	28
2.4.2 Testes paramétricos .....	30
<b>3 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS .....</b>	<b>32</b>
3.1 Características dos docentes .....	32
3.2 Conhecimento em relação aos pronunciamentos do CPC.....	40
3.2.1 Parte 1 .....	40
3.2.2 Parte 2.....	41
3.2.3 Parte 3.....	43
3.2.4 Conhecimento relacionado a todos os pronunciamentos.....	44
3.3 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e o sexo .....	46
3.4 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e experiência profissional .....	47
3.5 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e o domínio de língua estrangeira....	49
3.6 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e a participação em cursos .....	50
3.7 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e o tempo de magistério.....	52
3.8 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e as disciplinas lecionadas .....	53
3.9 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e a idade .....	54
3.10 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e a maior titulação .....	56

3.11 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e as IES em que os professores ministram aulas.....	57
3.12 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e as horas de participação em cursos sobre IFRS .....	58
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICE A – Instituições de ensino superior (IES) da Grande Goiânia .....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE B – Questionário da pesquisa .....</b>	<b>67</b>

## INTRODUÇÃO

Com a globalização surgiu o estreitamento das barreiras entre os países e consequentemente a internacionalização e interligação dos mercados. Assim, a contabilidade e os profissionais contábeis são afetados pelas constantes mudanças que ocorrem no cenário mundial. Há a necessidade de desenvolver normas de contabilidade que reduzam as diferenças das informações contábeis dos países, tendo em vista que eles possuem suas próprias normas.

Essa necessidade fez com que surgisse o processo de harmonização (convergência) das normas contábeis. Almeida, Fonteles e Oliveira (2011, p. 1) afirmaram que “a harmonização contábil significa a adoção de avançados padrões contábeis, de qualidade e de aceitação internacional convergindo-os às normas locais de contabilidade de cada nação”.

Ao longo desse processo foi criado o *International Accounting Standards Committee* (IASC) em 1973. Em 2001, foi criado o *International Accounting Standards Board* (IASB), que “substituiu” o IASC e assinou em 2002 o Memorando de Entendimento com o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), órgão normatizador dos Estados Unidos. O IASB é responsável pela emissão das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), normas internacionais de contabilidade adotadas por vários países. No Brasil, as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) são baseadas nas normas do IASB.

Com a convergência das normas de contabilidade ocorrendo, os profissionais contábeis têm que se atualizar constantemente, em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Os futuros profissionais, que ainda estão estudando, têm o primeiro contato com essas normas por meio de seus professores, que devem possuir conhecimentos adequados para que o aprendizado dos alunos seja eficaz. Almeida, Fonteles e Oliveira (2011, p.2) abordaram o assunto:

[...] o aluno em formação nas universidades serão os futuros profissionais atuantes nos mais variados ramos do mercado. Oferecer aos discentes conteúdos adequados e atualizados com as exigências do mercado é obrigação destas instituições. [...]. A qualidade do conteúdo dos cursos de graduação em Ciências Contábeis também é responsabilidade dos docentes.

Vários estudos foram realizados no Brasil sobre conhecimento em contabilidade internacional, sendo seus autores: Grecco *et al* (2011), Oliveira e Varella (2011), Pereira (2011), Bim, Nogueira e Reis (2010), Almeida, Fonteles e Oliveira (2011) e Guimarães *et al* (2011).

Porém, o número de pesquisas no Brasil sobre conhecimento das normas internacionais de contabilidade ainda é pequeno em virtude de a convergência total ter ocorrido recentemente (2010). A região Centro-Oeste é ainda mais carente de pesquisas na área. Como pode ser observado, não foi realizada nenhuma pesquisa na região metropolitana de Goiânia. Logo, o foco deste trabalho será o conhecimento em IFRS dos docentes de instituições de ensino superior da região metropolitana de Goiânia.

### **Problema de pesquisa**

Segundo Lakatos e Marconi (2007), a formação do problema é específica, de forma a indicar com exatidão qual a dificuldade que se pretende resolver.

Assim, o problema desta pesquisa é: **qual o nível de conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis da região metropolitana de Goiânia (Grande Goiânia) acerca das normas internacionais de contabilidade?**

### **Objetivos**

Segundo Lakatos e Marconi (2007) o objetivo geral está relacionado a uma visão abrangente e global do tema pesquisado, enquanto que os objetivos específicos têm função intermediária e instrumental, fazendo com que atinjam o objetivo geral e aplique-o a situações particulares.

O objetivo geral da pesquisa é avaliar o nível de conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis (modalidade presencial) da Grande Goiânia acerca das normas internacionais de contabilidade.

Os objetivos específicos deste trabalho são: realizar o levantamento das instituições de ensino superior da Grande Goiânia que oferecem o curso de graduação em Ciências Contábeis na modalidade presencial, assim como de seus docentes; aplicar o questionário de pesquisa elaborado junto aos professores de contabilidade da Grande Goiânia; fazer uma revisão bibliográfica que fale sobre o processo de convergência no mundo e no Brasil e sobre pesquisas semelhantes a esta.

## 1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Lakatos e Marconi (2007) caracterizam a revisão bibliográfica. Segundo os autores a pesquisa não parte da estaca zero, alguma pesquisa igual ou semelhante já deve ter sido feita. Procurar essas pesquisas já feitas é necessário para não duplicar esforços, não descobrir ideias já manifestadas. Citar as principais conclusões de outros autores sobre o tema permite evidenciar a contribuição da pesquisa feita, realizar comparações ou reafirmar atitudes e comportamentos. Confirmar, em dada comunidade, os resultados obtidos em outra sociedade e enumerar as discrepâncias muito importantes.

### 1.1 O processo de convergência no mundo

O FASB foi criado em 1973 e segundo Lourenço (2010, p.29) “assumiu a normatização contábil de entidades não-governamentais nos Estados Unidos (EUA), uma função anteriormente desempenhada por outros organismos, conselhos e comitês”.

Ainda em 1973, segundo o IASB *Insight* (2007), também foi criado o IASC em Londres, sendo o resultado de um acordo entre os organismos de contabilidade de nove países. Esse órgão emitiu as *Internacional Accounting Standards* (IAS).

Em 2001, o IASC deu origem à *IASC Foundation* e o IASB passou a ser responsável pela emissão das normas que o IASC emitia e era supervisionado pela *IASC Foundation*, conforme o IASB *Insight* (2007).

De acordo com o IASB (s.d.), o nome do supervisor do IASB passou a ser *IFRS Foundation* em 2010, decorrente da segunda parte de uma revisão da Constituição da *IFRS Foundation*. Ela é uma organização privada, sem fins lucrativos e independente, e que trabalha no interesse público. Seus objetivos são: criar um conjunto único de normas de alta qualidade (IFRS), que sejam compreensíveis, exequíveis e globalmente aceito, através do IASB; promover o uso e aplicação rigorosa dessas normas; levar em consideração os países emergentes e as pequenas e médias empresas; e alcançar a convergência das normas contábeis nacionais e as IFRS de alta qualidade.

Em 2002, o FASB assinou o acordo de convergência com o IASB por meio do Memorando de Entendimento (*Norwalk Agreement Memorandum*), confirmado pelo *Memorandum of Understanding (MOU)* de 2006, segundo Lemes e Silva (2007). Alguns fatores contribuíram para que esse acordo ocorresse:

- a) o FASB tinha uma participação insignificante na produção de normas aceitas mundialmente, de acordo com Lemes e Silva (2007);

- b) a ocorrência de escândalos corporativos nos Estados Unidos no início dos anos 2000, como os da *Enron*, da *WorldCom* e da *Tyco*, que levaram a diversas críticas ao modelo contábil do país, de acordo com Dantas *et al* (2010); e
- c) conseqüentemente, as punições realizadas pela *Securities and Exchange Commission* (SEC), como a aprovação da Lei Sarbanes-Oxley em 2002, que determinou a realização de um estudo para adotar um padrão de divulgação com base em princípios, segundo Dantas *et al* (2010).

Segundo o IASB (2009), em novembro de 2009 esse órgão, juntamente com o FASB, emitiu uma declaração que descrevia seus planos e metas para a realização dos principais projetos do Memorando de Entendimento em 2011, assim como uma intensificação do trabalho conjunto desses dois órgãos (reuniões mensais e atualizações trimestrais do progresso no processo de convergência). Essa declaração reforçou a junção de esforços entre esses dois órgãos, o que constituiu um ponto positivo para a convergência internacional das normas de contabilidade.

Em abril de 2012 o FASB e o IASB publicaram um relatório conjunto descrevendo os progressos relativos a instrumentos financeiros, compreendendo a perda por *impairment* (provisionamento) e uma abordagem mais focada na classificação e na mensuração (IASB, s.d.).

Estava marcada para o dia 30 de janeiro de 2013 uma discussão entre o FASB e o IASB, por meio de uma videoconferência, de projetos com os seguintes temas: reconhecimento de receita, contratos de seguro e arrendamentos (FASB, s.d.).

Quanto ao reconhecimento de receita, o FASB e o IASB trataram, nessa discussão, sobre os tópicos: escopo, acordos de recompra, efeito que o modelo de reconhecimento de receita exerce sobre gestores de ativos, transferências de ativos que não constituem saída das atividades comuns da entidade, atualização referente ao alcance da divulgação e propostas de transição (FASB, s.d.).

Relativamente aos contratos de seguro, foram discutidos os seguintes tópicos: apresentação da receita do contrato de seguro, quando ocorrerem mudanças no padrão de sinistros esperados e propostas de transição para a receita pertencente ao contrato de seguro. (FASB, s.d.).

Em relação aos arrendamentos, os seguintes tópicos foram deliberados: classificação e identificação dos componentes dos *leases* (FASB, s.d.).

O IASB e a Fundação IFRS trabalham com estrita cooperação de partes interessadas de todo o mundo para desenvolver padrões de qualidade globais, de acordo com o IASB (s.d). Essas partes interessadas são: investidores, acadêmicos, auditores, reguladores e outras. O *site* desses órgãos contém um espaço para comentários sobre os documentos disponibilizados pelos dois órgãos e, além disso, demonstram-se abertos a idéias para melhorar o compromisso com as partes interessadas. Esse espaço para comentários contribui para o desenvolvimento dos pronunciamentos.

Segundo o IASB e a Fundação IFRS (2012), aproximadamente cento e vinte países solicitaram ou autorizaram o uso das IFRS desde 2001. Foi divulgada uma lista (Quadro n° 1) com os componentes do Grupo dos 20 (G 20), composto pelas dezenove maiores economias do mundo e pela União Européia, que aderiram ou vão aderir ao uso das IFRS.

PAÍS	SITUAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS COMPANHIAS LISTADAS
África do Sul	Requerido para companhias listadas desde 2005
Alemanha	Requerido, via adoção e processo de implantação pela EU, desde 2005
Arábia Saudita	Requerido para bancos e companhias de seguro. Convergência total para as IFRSs atualmente sendo considerada
Argentina	Requerido para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2012
Austrália	Requerido para todas as empresas do setor privado e usado como base para as empresas do setor público desde 2005
Brasil	Requerido para demonstrações contábeis consolidadas dos bancos e de companhias listadas a partir de 31 de Dezembro de 2010 e para demonstrações individuais progressivamente desde Janeiro de 2008
Canadá	Requerido a partir de 1º de Janeiro de 2011 para todas as entidades listadas e permitido para demais entidades do setor privado, incluindo organizações sem fins lucrativos
China	Pronunciamentos nacionais substancialmente convergidos
Estados Unidos da América	Permitido para emissoras estrangeiras de valores mobiliários desde 2007; existe o objetivo de convergência substancial com as IFRSs em 2012 e a decisão sobre a possível adoção pelas companhias americanas é esperada para 2012
França	Requerido, via adoção e processo de implantação pela EU, desde 2005
Índia	Convergindo com as IFRSs, data a ser determinada
Indonésia	Processo de convergência iniciado; uma decisão sobre a data limite para conformidade total com as IFRSs é esperada para 2012
Itália	Requerido, via adoção e processo de implantação pela EU, desde 2005
Japão	Permitido a partir de 2010 para algumas empresas internacionais; decisão sobre adoção obrigatória é esperada para 2012
México	Requerido a partir de 2012
Reino Unido	Requerido, via adoção e processo de implantação pela EU, desde 2005
República da Coreia	Requerido desde 2011
Rússia	Requerido a partir de 2012
Turquia	Requerido para companhias listadas desde 2005
União Européia	Todos os estados-membros da EU são requeridos a usar as IFRSs como adotados pela EU para companhias listadas desde 2005

**Quadro nº 1 - Situação em relação às companhias listadas em fevereiro de 2012**

**FONTE: site da Fundação IFRS e do IASB**

O Brasil faz parte do G 20 e, portanto, aderiu às normas internacionais de contabilidade. Essas normas são os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

## **1.2 O processo de convergência no Brasil**

A tendência de adoção mundial das IFRS influenciou o Brasil para que fizesse o mesmo. Lourenço (2010) afirmou que essa tendência modificou a regulação existente e exerceu influência na estrutura da contabilidade brasileira. Mais do que a normatização de

padrões técnicos, essa mudança é voltada para estruturas, conceitos e princípios, o foco é a essência econômica sobre a forma.

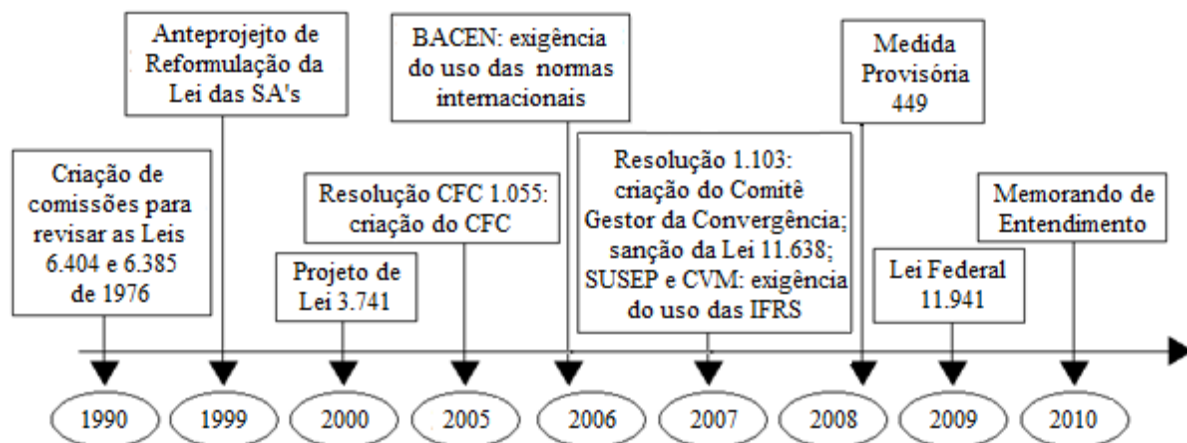
Considerando o período anterior à convergência das normas contábeis, Lopes e Walker (2008) citaram as características do mercado brasileiro: a contabilidade e a governança corporativa ainda estavam amadurecendo; legislação baseada no *code-law* (Direito Romano ou visão legalística); os financiamentos das empresas eram obtidos, em grande parte, de fontes particulares, mas a demanda a mercados de ações públicas já era crescente; o capital era muito concentrado; o governo ainda interferia na elaboração de normas contábeis; as contabilidades fiscais e societárias estavam se separando; aumento da demanda por mais proteção ao investidor e por *enforcement* legal e por consideráveis oportunidades de crescimento, o que resultou em alta demanda de capital por muitas empresas.

Lima (2010, p.77) apontou as mudanças essenciais que deveriam ocorrer, para que o processo de convergência no Brasil fosse eficaz:

- i) Desvincular a contabilidade societária dos aspectos tributários e deixá-la focada nos interesses dos principais usuários externos (investidores e credores);
- ii) fazer com que o processo de normatização não seja fundamentado em atos normativos elaborados pelos órgãos governamentais, e sim em organismo cujos integrantes sejam empresas que produzem as informações contábeis, usuários dessas normas, contadores, analistas, investidores, bolsas de valores, auditores independentes e profissionais de investimento;
- iii) fazer com que as normas contábeis brasileiras sejam convergentes com as normas internacionais, em especial com as do IASB, a fim de que as demonstrações financeiras das companhias nacionais sejam entendidas com facilidade em outros países;
- iv) aumentar a transparência e a confiabilidade das informações financeiras a fim de possibilitar um custo mais baixo no acesso das empresas nacionais às fontes de financiamento externas;
- v) estimular novos investimentos no mercado nacional e
- vi) aumentar o ganho de eficiência na elaboração das demonstrações contábeis.

Levando em consideração a característica do sistema jurídico do Brasil, em que ele é baseado no *code-law*, destaca-se que muitas vezes a contabilidade era praticada de forma a atender aos interesses governamentais, ou seja, para fins fiscais, não atendendo à representação fidedigna, uma das características qualitativa das demonstrações contábeis. Se as partes interessadas das normas contábeis passarem efetivamente a elaborá-las, as informações geradas se tornarão mais úteis. Outro ponto a se destacar é a diminuição dos custos por meio da “padronização” da linguagem dos negócios (contabilidade).

A figura nº 1 ilustra o processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade.



**Figura nº 1 - Linha do tempo da convergência no Brasil**  
**FONTE: Aatoria própria**

Segundo Bim, Nogueira e Reis (2010), o processo de convergência das normas contábeis no Brasil foi iniciado em 1990, em que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) criou três comissões que fizeram a revisão das Leis nº 6.404/76 e 6.385/76 e se propuseram a alterá-las. O trabalho das comissões terminou no ano seguinte, em que na parte contábil propuseram-se conceitos usados em mercados internacionais de países desenvolvidos. As propostas foram encaminhadas ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional para aprovação, mas as discussões acerca dos aspectos contábeis foram postergadas, só sendo aprovadas questões sobre relações societárias entre acionistas.

Em 1999, no mês de julho, foi entregue ao Ministro da Fazenda o Anteprojeto de Reformulação da Lei das Sociedades por Ações, que tratava de mudanças importantes relacionadas aos aspectos contábeis. Em 2000, esse anteprojeto foi transformado no Projeto de Lei nº 3.741/2000 (BIM, NOGUEIRA e REIS, 2010).

Segundo a CVM (s.d.), o objetivo desse anteprojeto era:

Adequar a parte contábil da lei de forma a atender a necessidade de maior transparência e qualidade das informações contábeis, devido aos aspectos acima referidos; criar condições para harmonização da lei com as melhores práticas contábeis internacionais; buscar eliminar ou diminuir as dificuldades de interpretação e de aceitação das nossas informações contábeis, principalmente quando existem dois conjuntos de demonstrações contábeis, um para fins internos e outro para fins externos, com valores substancialmente diferentes; conseqüentemente, reduzir o custo (taxa de risco) provocado por essas dificuldades de interpretação e de aceitação; reduzir o custo de elaboração, de divulgação e da auditoria das nossas demonstrações contábeis.

Todavia, esse projeto ficou em discussão por anos no Congresso Nacional e não foram obtidas conclusões a respeito da modificação da legislação societária. Os órgãos reguladores

tiveram, então, que iniciar o processo de convergência com os instrumentos que possuíam (BIM, NOGUEIRA e REIS, 2010).

Assim, Bim, Nogueira e Reis (2010, p. 3), citaram a primeira ação dos órgãos reguladores, ocorrida em 2005:

O primeiro passo que foi dado correspondeu à criação, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução CFC nº 1.055, de 07/10/2005, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tem como objetivo, estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos baseados em procedimentos de contabilidade internacional para a emissão de normas, visando a uniformização do processo, sempre considerando a convergência do padrão contábil brasileiro aos padrões internacionais. Esse órgão colegiado (CPC) foi constituído mediante a associação de cinco instituições: Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC Nacional), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e o Instituto dos Auditores Independentes (IBRACON).

Grecco *et al* (2011) afirmou que há para cada CPC publicado, com raras exceções, um análogo nas normas internacionais e a maioria é a tradução literal das IFRS.

O BACEN (Banco Central do Brasil), pelo Comunicado nº 14.259/06, a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), pela Circular 357/07, e a CVM, pela Instrução nº 457/07, passaram a exigir das entidades sob sua alçada a convergência das normas com o padrão internacional a partir de 31 de dezembro de 2010, de forma independente em relação à legislação complementar (BIM, NOGUEIRA e REIS, 2010).

Em 2007, no mês de novembro, o CFC criou o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, por meio da Resolução nº 1.103/07, composto pelo BACEN, pelo IBRACON e pela CVM, além do CFC. O objetivo desse comitê era viabilizar as mudanças necessárias para a convergência (BIM, NOGUEIRA e REIS, 2010)

Em dezembro de 2007, sancionou-se a Lei nº 11.638/07, possuindo alterações contábeis parciais, pois não incluiu as alterações propostas no anteprojeto original do ano de 2000. (REIS *et al*, 2010). Essas alterações do anteprojeto original (alterações conceituais) foram incluídas pela Medida Provisória 449/08, que foi posteriormente transformada na Lei Federal 11.941/09 (LIMA, 2011).

Bim, Nogueira e Reis (2010, p. 5), destacaram as principais alterações conceituais da Lei nº 11.638/07:

a) Não influência da legislação tributária na escrituração mercantil; b) Inclusão, no conceito de ativo imobilizado, dos bens corpóreos destinados à manutenção das

atividades da companhia ou da empresa ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; c) Obrigatoriedade de efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e ativo intangível (*impairment test*); d) Cálculo da depreciação, exaustão e amortização em função da vida útil econômica estimada do bem.

Em janeiro de 2010, o IASB, o CFC e o CPC assinaram o Memorando de Entendimento, que certifica que as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo CPC continuem se baseando nas normas do IASB (LIMA, 2011).

### **1.3 Pesquisas sobre IFRS no Brasil**

Diversas pesquisas foram realizadas no Brasil sobre conhecimento das IFRS. São exemplos as pesquisas realizadas por: Oliveira e Varella (2011), Bim, Nogueira e Reis (2010), Almeida, Fonteles e Oliveira (2011), Guimarães *et al* (2011), Pereira (2011) e Grecco *et al* (2011).

A pesquisa realizada por Bim, Nogueira e Reis (2010) teve como objetivo analisar, sob a perspectiva dos alunos e dos professores de Ciências Contábeis de instituições públicas, os fatores que afetaram o processo de ensino-aprendizagem, no ambiente acadêmico, e que estarão presentes na prática profissional dos futuros contadores, nos próximos anos. Quanto às conclusões, verificou-se que a maioria absoluta dos discentes tem conhecimento quanto à existência do processo de convergência, mas eles acreditam que a mudança esteja mais relacionada a questões formais, como a nomenclatura de grupos patrimoniais, do que a questões conceituais. Já em relação aos docentes, a pesquisa apontou que, apesar de os docentes terem conhecimento a respeito das mudanças, eles apresentam resistência em colocar em prática as modificações conceituais necessárias para que se transponha a prática contábil nacional para a internacional.

No ano seguinte, Oliveira e Varella (2011) também realizaram uma pesquisa relacionada à educação, incluindo somente a ótica dos professores e das instituições de ensino. Seu objetivo foi a análise dos currículos dos cursos de Contabilidade de instituições de ensino da região metropolitana de Londrina em relação às normas internacionais de contabilidade e a identificação das ações promovidas por essas instituições para a capacitação dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. A pesquisa verificou que há baixa aderência das grades curriculares aos CPCs e às IFRS. Verificou também a ausência de ações promovidas pelas instituições de ensino superior para a capacitação dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Concomitantemente, a pesquisa de Almeida, Fonteles e Oliveira (2011) tratou do assunto sob os aspectos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), apresentando certa semelhança com a pesquisa de Oliveira e Varella (2011). O propósito foi traçar as providências tomadas por essas instituições em relação ao ensino das novas práticas contábeis decorrentes da convergência internacional da contabilidade. Foi observado que há um razoável nível de compatibilidade entre as propostas nacionais e internacionais nas disciplinas e nos conteúdos oferecidos pelos cursos de Contabilidade das IFES. Devido às mudanças nas práticas contábeis, as disciplinas que mais sofreram alterações foram: Contabilidade Avançada, Teoria da Contabilidade e Análise das Demonstrações Contábeis. A qualificação docente foi apontada por dez Instituições Federais de Ensino Superior como o principal obstáculo em relação ao ensino das novas práticas. Por último, as IFES tiveram poucas ações que visassem o aperfeiçoamento do docente nessa área.

No mesmo ano, a pesquisa de Pereira (2011, p.18) teve foco nos alunos, em que objetivo foi verificar o nível de conhecimento deles sobre as IFRS, conforme a metodologia de ensino utilizada nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Distrito Federal, e como esses alunos estão sendo preparados para ingressar no cenário de convergência contábil. Em relação aos resultados, foi verificado que o método tradicional de ensino (a matéria é exposta e interpretada pelo professor) é o mais utilizado nos cursos de Ciências Contábeis do Distrito Federal. Também foi verificado que o conhecimento global das normas internacionais de contabilidade estava no mesmo nível entre os alunos. Concluiu-se que o aprendizado em sala de aula não é suficiente para suprir a nova demanda da profissão contábil.

Diferentemente das pesquisas citadas anteriormente, que se relacionam com a educação, o trabalho realizado por Guimarães *et al* (2011) envolveu a perspectiva dos profissionais contábeis (que trabalham em empresas) de Iúna e Muniz Freire (Espírito Santo) em relação à Convergências das Normas Contábeis, no ano de 2010, e a análise do nível de conhecimento desses profissionais sobre a matéria em questão, as mudanças que ocorrerão nos procedimentos da prática contábil e conhecer a aplicabilidade do processo de Convergência.

Em relação à qualificação profissional, confirmou-se nessa pesquisa que a maior parte de profissionais não possuem formação superior, são apenas técnicos. Devido às alterações nas normas contábeis, é necessário que esses profissionais busquem instituições de nível superior, para a complementação da formação e atualização. A maioria dos participantes apresentou ou nível baixo ou nível médio de nível de conhecimento. Além disso, buscou-se

saber se os profissionais conhecem as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e os resultados apontaram que os participantes conhecem bem essas leis. De modo geral, a pesquisa verificou um bom conhecimento teórico da maioria dos participantes, mas é necessário que eles sejam capacitados em relação à prática.

À semelhança do trabalho citado anteriormente, Grecco *et al* (2011) também abrangeu a perspectiva dos profissionais contábeis, em que o objetivo geral foi a identificação das principais dificuldades enfrentadas por eles, além dos profissionais de finanças, em relação a implantação de novas práticas contábeis brasileiras. A amostra foi composta de empresas com sede na Grande São Paulo que realizaram importações em 2009.

A saber, das empresas analisadas, 68% eram multinacionais, 17% já haviam adotado as IFRS na matriz e 7% ainda não haviam adotado as novas práticas contábeis. Já em relação às empresas domésticas, 7% não haviam adotado as novas práticas contábeis brasileiras. De acordo com a percepção dos profissionais, os fatores que mais impactam a empresa são: a falta de suporte do sistema de informação, a falta de profissional qualificado para a implantação e o aumento do trabalho operacional.

Já em relação aos impactos no reconhecimento, mensuração e divulgação de informações contábeis, os itens que mais sofrem impacto, de acordo com a percepção dos profissionais, são o imobilizado e os intangíveis. Finalmente, no tocante à compreensão dos termos nas novas normas contábeis, os profissionais contábeis tiveram maior dificuldade com o termo “razoável”, pois o mesmo envolve julgamento e decisões de contabilização.

De modo geral, essas pesquisas mostraram que as mudanças ensejadas pela convergência das normas de contabilidade não ocorreram totalmente, seja por resistência dos profissionais, seja por falta de qualificação deles, ou até mesmo pela dificuldade de entendimento das normas internacionais.

#### **1.4 Pesquisas sobre IFRS em outros países**

Além de pesquisas realizadas no Brasil, foram realizadas outras em países como a Indonésia e os Estados Unidos.

O trabalho de Hiramatsu, Mayangsari e Saito (2012), objetivou investigar o efeito do ensino de contabilidade na implementação das IFRS em escolas de graduação, pós-graduação e em programas profissionais da Indonésia, tanto públicas como privadas. Primeiro, foi investigado como os currículos de contabilidade e os livros para o ensino das IFRS foram compostos nas universidades da Indonésia. Depois, foram verificados os esforços dos

professores para ensinar as IFRS aos alunos. Por último, foram examinados os planos de inclusão das IFRS no ensino de contabilidade.

A amostra final foi composta por seis universidades públicas e seis particulares, sendo 16.433 alunos e 491 docentes. 14.270 estudantes graduação participaram da pesquisa, assim como 371 professores. Também foram participantes 2.163 alunos de pós-graduação e de programas profissionais, assim como 120 professores.

Os primeiros dados foram coletados por meio de entrevistas e questionários, em que os respondentes foram professores de graduação, pós-graduação e de programas profissionais de contabilidade. No segundo estágio da pesquisa foram inclusos alunos de três universidades e foram enviados questionários ao corpo docente dessas universidades. Os questionários foram analisados por meio da estatística descritiva.

Os resultados das entrevistas mostraram que algumas universidades já mudaram seus currículos ou planos de ensino. Outras universidades estão planejando se preparar para mudar seu plano de ensino, de modo que o governo começaria a implementação das IFRS em 2012. Porém, verificou-se que algumas universidades pensam que é não necessário mudar seus planos de ensino ou currículos, pois acreditam que IFRS é apenas um dentre distintos métodos que podem ser usados na prática.

De modo geral, verificaram-se alguns problemas que podem impedir o ensino das IFRS:

- a) não há financiamento suficiente para os professores adquirirem e entenderem os livros de ensino das IFRS;
- b) é difícil o entendimento, tanto para alunos quanto para professores, das IFRS originais escritas em inglês e a tradução é demorada, problema que ocorre semelhantemente no Japão; e
- c) nível baixo de pesquisa por parte dos alunos.

Já em relação aos questionários, verificou-se por meio da primeira questão que 21 faculdades colocarão em prática entre 2010 e 2011 um plano para se prepararem para o ensino das IFRS. A segunda questão mostrou que 52,5% dos professores iriam revisar o currículo para a convergência das IFRS. Já em relação à questão três, 40,5% dos respondentes esperavam ter conhecimento amplo das IFRS no nível da graduação.

Os resultados da questão quatro mostraram que 10,4% dos professores não fizeram nada ou não têm planos para ensinar as IFRS. Em alguns casos, os professores se encarregaram de desenvolver materiais de ensino, e em outros, a universidade colaborou com

fundos para assistir a oficina. Foi constatado também que, em uma das universidades, o plano é contratar um professor recém-formado em IFRS.

Relativamente à questão cinco, aproximadamente 60% dos respondentes identificaram livros de ensino e estudos de caso para suportar o ensino em suas classes. Na questão seguinte, constatou-se que os docentes demonstraram que eles creem que estudos de caso enfatizam tanto requisitos técnicos como fundamentos conceituais. A maioria dos professores respondentes da questão sete conta com o uso de livros que abordam as IFRS entre 2012 e 2013.

A questão oito mostrou que a maioria das faculdades (38,7%) ensinariam tanto regras de contabilidade quanto conceitos ao mesmo tempo. A segunda resposta mais frequente (27,4%) foi incluir no ensino a comparação das IFRS com a I-GAAP (normas de contabilidade da Indonésia). Também foram revelados, por meio de análises, alguns problemas frente ao desenvolvimento dos currículos, materiais de ensino, e treinamento de professores para o ensino das IFRS: nove professores (10,3%) disseram que eles não estavam cientes disso.

Já nos Estados Unidos, Stephanie Wehrung (2011) realizou uma pesquisa na *Coastal Carolina University*, em que a principal questão desse estudo foi se a maioria dos estudantes de contabilidade dessa universidade estava preparada para as mudanças nas normas. Por meio de questionários do conhecimento em IFRS distribuídos aos estudantes de contabilidade e de entrevistas com membros do departamento de contabilidade e com a respectiva administração, foi realizada uma avaliação da contabilidade ensinada e da futura contabilidade na *Coastal Carolina University* em relação ao ensino das IFRS.

Por meio da revisão de literatura feita pelos autores deste estudo, concluiu-se que os principais motivos de a *Coastal Carolina University* não ter incorporado totalmente as IFRS ao seu currículo são: orçamento baixo, quantidade limitada de docentes, e tempo limitado para os professores ganharem conhecimento em IFRS.

Em relação aos questionários, eles foram aplicados nos níveis Intermediário I e Intermediário III, de forma que foi realizada uma avaliação em relação ao conhecimento adquirido pelos alunos na exposição inicial às IFRS e ao conhecimento três semestres mais tarde. O questionário foi composto de dez questões, sendo elas de múltipla escolha ou de preenchimento de lacunas, que tratavam sobre teoria, fatos e tratamento contábil em IFRS. Essas questões foram desenvolvidas de acordo com o que os discentes estudaram durante os semestres em seus respectivos níveis.

Assim, os resultados apontaram que a média das notas dos alunos do Intermediário I foi de 41%, em que a maior nota foi 80% e a menor 10%. Em relação ao nível Intermediário III, a média foi de 34%, o que surpreendeu os pesquisadores, pois o conhecimento diminuiu, contrariando o esperado. A maior nota foi 70% e a menor 0%.

Relativamente às entrevistas, os temas mais inclusos nelas foram: a familiaridade dos entrevistados com os assuntos das IFRS, suas opiniões em relação à inclusão das IFRS no currículo da universidade, as consequências de não se incorporar às IFRS, a relação entre o currículo e o recrutamento para o grupo de empresas chamado de Big Four (*KPMG, Ernst & Young, Pricewaterhouse Coopers e Deloitte & Touche*), e as expectativas dos entrevistados em relação ao desempenho dos alunos no questionário aplicado.

De acordo com os resultados obtidos, as entrevistas mostraram a importância da comunicação entre o corpo docente e a administração na decisão de incorporar as IFRS, bem como o que impede a *Coastal* de incluir as IFRS ao currículo. Os professores, de modo geral, consideraram seus conhecimentos em IFRS como limitados.

Finalmente, de acordo com a pesquisa feita na literatura, os autores desse estudo verificaram que as *Big Four* levam em consideração a educação nas universidades para realizar recrutamentos e entrevistas. Todavia, o fato de a *Coastal Carolina University* não ter incluído as IFRS em seu currículo não seria o único motivo pelo qual esse grupo de empresas não recrutam os alunos dessa universidade. Os outros motivos seriam a localização geográfica e a diminuição das universidades da lista de preferência das Big Four.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Classificação

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, pois descreveu um fenômeno, que é o conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis (modalidade presencial) da Grande Goiânia relativo às IFRS.

Segundo Beuren e Raupp (2006), a pesquisa descritiva se encontra entre a pesquisa exploratória e a explicativa, não sendo tão preliminar quanto a primeira nem tão aprofundada quanto a segunda.

Os significados de descrever são identificar, comparar, relatar, entre outros. Assim, esse tipo de pesquisa identifica, compara e relata características de certa população ou fenômenos ou estabelece relações entre variáveis. Beuren e Raupp (2006, p. 81) afirmam que “uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados”.

Outra característica desse tipo de pesquisa é que o pesquisador não manipula os fenômenos estudados, de acordo com Beuren e Raupp (2006). Ele somente observa os fatos, os registra, os interpreta, os classifica. Isso é feito por meio da estatística descritiva, levando em consideração que nesse tipo de pesquisa é normal serem utilizadas técnicas estatísticas.

### 2.2 População e amostra

A população são todos os professores de cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis das instituições de ensino superior (IES) da Grande Goiânia. Há aproximadamente cento e vinte docentes de Contabilidade na Grande Goiânia. Não foi possível determinar com segurança a quantidade de professores da Grande Goiânia, pois algumas faculdades não participaram da pesquisa, algumas que colaboraram com a pesquisa não informaram a quantidade de professores e alguns professores dão aulas em mais de uma universidade.

Para a seleção dessas IES, foi verificado por meio do *site* do e-MEC que as cidades da região metropolitana de Goiânia que possuem o curso de Ciências Contábeis na modalidade presencial são Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade. As instituições que possuem o referido curso totalizaram dezessete e estão listadas no *APÊNDICE A – Instituições de ensino superior (IES) da Grande Goiânia*.

O número de questionários que foram respondidos é cinquenta e cinco, que é o número da amostra. Segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 203), “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução”. Como foram devolvidos

aproximadamente 46% dos questionários enviados aos respondentes, esse número da amostra é satisfatório.

### **2.3 Estratégia de pesquisa e procedimento de coleta de dados**

A estratégia de pesquisa utilizada foi o levantamento, utilizando como técnica de coleta de dados o questionário. Segundo Martins e Theóphilo (2009, p.60):

Os levantamentos são próprios para os casos em que o pesquisador deseja responder a questões acerca da distribuição de uma variável ou das relações entre características de pessoas ou grupos, da maneira como ocorrem em situações naturais. Embora os levantamentos possam ser planejados para estudar relações entre variáveis, inclusive as de causa e efeito, são estratégias mais apropriadas para a análise de fatos e descrições.

Segundo Martins e Theóphilo (2009), uma variedade de influências pode intervir nos processos estudados nas pesquisas de levantamento, ao contrário do que ocorre com os experimentos, em que as variáveis são controladas e os fenômenos são simplificados. Outra característica dos levantamentos é que por meio deles se estudam fenômenos que ocorrem naturalmente. Assim, as condições em que esses fenômenos são estudados aproximam-se bastante da realidade.

De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p.93), o questionário é “um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever.” O questionário pode ser enviado por correio eletrônico, correio tradicional ou por um portador.

As perguntas do questionário podem ser fechadas e/ou abertas. Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 61), “o conteúdo das perguntas de levantamento cobre quatro áreas fundamentais de conteúdo: dados pessoais, dados sobre comportamento, dados relativos ao ambiente e dados sobre nível de informações, opiniões, atitudes, mensurações e expectativas.”

O questionário elaborado está apresentado no *APÊNDICE B – Questionário da pesquisa*.

A Parte A do questionário, elaborada com perguntas abertas e fechadas, foi destinada a coletar informações pessoais dos professores. Essas informações compreendem: sexo, idade, tempo de magistério, maior titulação, IES em que o professor ministra aulas, matérias ensinadas, experiência profissional em organizações, fluência em língua estrangeira, formas de atualização em relação às IFRS e participação em cursos sobre IFRS. A Parte B, elaborada

para ser respondida de acordo com uma nota de 0 a 10 foi destinada a coletar informações sobre o conhecimento desses docentes em relação aos Pronunciamentos Contábeis do CPC.

Segundo Martins e Theóphilo (2009), o questionário precisa passar por um pré-teste antes de ser usado definitivamente, de forma que se escolha de três a dez colaboradores para realizar esse pré-teste. Assim são evidenciadas falhas potenciais, perguntas que são complexas, que causam dúvidas, que causam embaraços, assim como a dificuldade de entendimento delas. A finalidade é aprimorar e aumentar a validade e a confiabilidade do instrumento de pesquisa, de forma a atingir o objetivo almejado. Assim como recomendado, o questionário desta pesquisa passou pelo pré-teste realizado por três docentes de contabilidade internacional, sendo um deles *controller* de uma grande firma situada no Estado de Goiás.

Quaisquer projetos de pesquisas de todas as áreas da Ciência que incluam seres humanos devem ser avaliados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CoEP) da Universidade Federal de Goiás, de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto desta pesquisa foi devidamente submetido e aprovado pelo CoEP.

## **2.4 Mecanismo de análise**

Essa pesquisa é de análise quantitativa, envolvendo a estatística descritiva e testes paramétricos para testar a igualdade estatística de médias. Martins e Theóphilo (2009, p.107) definem pesquisas quantitativas: “as pesquisas quantitativas são aquelas em que os dados e as evidências coletados podem ser quantificados, mensurados.” A estatística descritiva é que organiza, sumariza e descreve esses dados coletados.

A pesquisa quantitativa vai adquirindo maior relevância à medida que se usa de instrumentos de estatística, de acordo com Beuren e Raupp (2006). A importância desse tipo de pesquisa é citada por esses autores, em que a mesma possui a intenção de garantir que os resultados sejam precisos, de evitar distorções de interpretação e análise, o que possibilita uma margem de segurança quanto às conclusões realizadas.

### **2.4.1 Avaliação do nível de conhecimento**

Para avaliar o nível de conhecimento dos respondentes em relação aos pronunciamentos pertencentes à segunda parte do questionário de pesquisa, eles foram divididos em três partes, sendo elas denominadas Parte 1, Parte 2 e Parte 3.

A primeira parte é composta pelos CPCs mostrados no Quadro nº 2.

Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro;  
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;  
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;  
CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado;  
CPC 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08;  
CPC 16 (R1) – Estoques;  
CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada;  
CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos;  
CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;  
CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis;  
CPC 27 – Ativo Imobilizado; e  
CPC 30 – Receitas.

**Quadro nº 2 - Pronunciamentos da Parte 1**  
**FONTE: Autoria própria**

O Quadro nº 3 demonstra os CPCs que compõem a segunda parte.

CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;  
CPC 5 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas;  
CPC 6 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil;  
CPC 7 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais;  
CPC 12 – Ajuste a valor presente;  
CPC 19 – Investimento em empreendimento controlado em conjunto (*Joint Venture*);  
CPC 22 – Informações por segmento;  
CPC 24 – Evento subsequente;  
CPC 28 – Propriedade para investimento;  
CPC 32 – Tributos sobre o lucro;  
CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

**Quadro nº 3 - Pronunciamentos da Parte 2**  
**FONTE: Autoria própria**

Já os CPCs do Quadro nº 4 fazem parte da terceira parte.

CPC 8 (R1) - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários;  
CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações;  
CPC 15 (R1) – Combinação de negócios;  
CPC 17 – Contratos de construção;  
CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola;  
CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada;  
CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas;  
CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração;  
CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação;  
CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidênciação;  
CPC 43 (R1) – Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 41;  
CPC PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas (R1);

**Quadro nº 4 - Pronunciamentos da Parte 3**  
**FONTE: Autoria própria**

Para cada uma dessas três partes, a partir das notas atribuídas pelos próprios professores, foram calculadas a média, a mediana e a moda, que são medidas de tendência central, e o desvio-padrão, que é uma medida de dispersão.

#### 2.4.2 Testes paramétricos

Por meio do *software Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS)* foram feitos o Teste *t* para amostras independentes e o Teste ANOVA (análise de variância) para igualdade de médias. As informações pessoais, que constaram da parte A do questionário, foram utilizadas nesses testes.

Ferreira (1999, p. 79) fala sobre o Teste *t*:

Compara as médias de uma mesma variável ou característica observada sobre duas amostras independentes de indivíduos, com a condição de que os indivíduos sejam aleatoriamente atribuídos aos dois conjuntos em comparação [...]. São apresentados os parâmetros estatísticos das amostras em análise; é efetuado o teste de LEVENE para a homogeneidade das variâncias das duas amostras; são apresentadas as estatísticas de teste para as situações de variâncias homogêneas e não homogêneas.

Por meio do Teste *t* foram testados se as médias amostrais da variável conhecimento em IFRS dos professores eram estatisticamente iguais para as amostras independentes:

- a) sexo feminino e sexo masculino;
- b) professores que possuíam e que não possuíam experiência profissional como contador, auditor ou outra atividade contábil em organizações;
- c) para os docentes que possuíam e que não possuíam fluência em alguma língua estrangeira; e
- d) para os respondentes que participaram e que não participaram de algum curso sobre IFRS.

Ferreira (1999, p. 90) também discorre sobre a análise de variância:

A análise de variância é uma metodologia estatística cujo objetivo é decidir se existem ou não diferenças significativas entre as médias de várias amostras de uma variável numérica, definidas por diferentes tratamentos ou níveis de influência de um fator. Esta metodologia é uma extensão do teste *t-Student* para duas amostras independentes.

Através do Teste ANOVA para igualdade de médias foi verificado se as médias amostrais da variável conhecimento em IFRS dos professores eram estatisticamente iguais para as amostras:

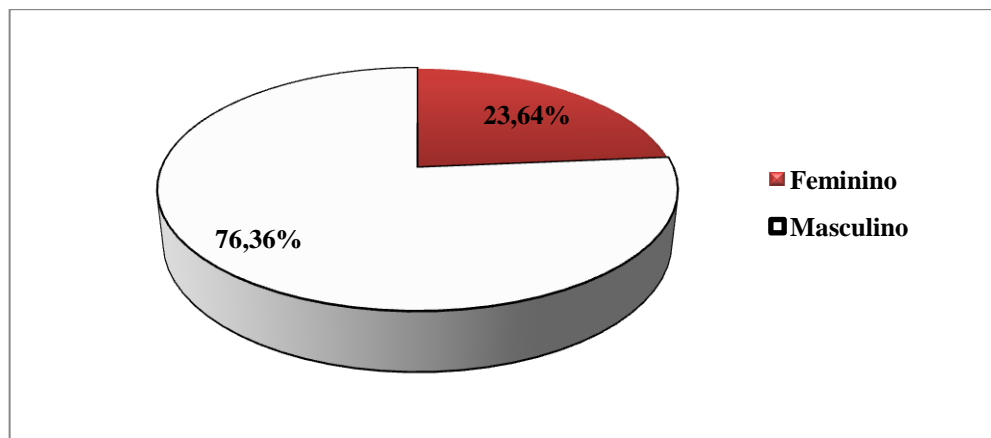
- a) os tempos de magistério de cada professor;
- b) as disciplinas lecionadas;
- c) as idades dos docentes;
- d) a maior titulação;
- e) os tipos de IES em que os professores ministram aulas; e
- f) a carga horária de participação em cursos sobre IFRS.

Dessa forma, a diferença entre o Teste  $t$  e o Teste ANOVA para igualdade de médias está na quantidade de amostras: o primeiro é aplicado para duas amostras independentes e o segundo para mais de duas.

### 3 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

#### 3.1 Características dos docentes

Cinquenta e cinco questionários foram respondidos. Do total, 23,64% dos docentes da Grande Goiânia são do sexo feminino e 76,36% são do masculino, como pode ser observado pelo Gráfico n° 1.



**Gráfico n° 1 - Sexo**  
**FONTE: Autoria própria**

Semelhantemente a esta pesquisa, os homens compuseram a maioria da amostra no trabalho de Bim, Nogueira e Reis (2010). Os homens representaram 79,1% da amostra, enquanto que as mulheres representaram 20,9%.

A Tabela n° 1 mostra as medidas descritivas para a idade. Em média, 40,44 é a idade dos professores em geral, com desvio-padrão de 9,71. 37 anos é a média somente para o sexo feminino, com desvio padrão de 9,29, e 41,50 para o masculino, com desvio-padrão de 9,70.

A idade mediana é igual a 41, ou seja, 50% dos professores têm idade inferior ou igual a 41. Para o sexo feminino, essa medida é 33 e, para o masculino, 41. 41 anos é a idade com mais frequência da amostra, em geral, sendo que para as mulheres foi 30 anos e para os homens também foi 41. A idade mínima é de 24 anos e a máxima é 62, sendo esta uma amostra heterogênea.

**Tabela nº 1 - Medidas descritivas para a idade**

<b>MEDIDAS DESCRITIVAS</b>	<b>IDADE</b>
<b>Média aritmética</b>	40,44
<b>Média - fem.</b>	37
<b>Média - masc.</b>	41,5
<b>Mediana</b>	41
<b>Mediana - fem.</b>	33
<b>Mediana - masc.</b>	41
<b>Moda</b>	41
<b>Moda - fem.</b>	30
<b>Moda - masc.</b>	41
<b>Desvio-padrão</b>	9,71
<b>Desvio-padrão - fem.</b>	9,29
<b>Desvio-padrão - masc.</b>	9,7
<b>Mínimo</b>	24
<b>Mínimo - fem.</b>	25
<b>Mínimo - masc.</b>	24
<b>Máximo</b>	62
<b>Máximo - fem.</b>	53
<b>Máximo - masc.</b>	62

**FONTE: Aatoria própria**

A pesquisa de Bim, Nogueira e Reis (2010) apresentou grande semelhança com esta quanto à idade dos docentes, em que a média foi de 42 anos, com desvio-padrão de 11 anos. A idade mínima foi de 24 anos e a máxima de 67, também compondo uma amostra heterogênea.

As medidas descritivas também são exibidas pela Tabela nº 2, em relação ao tempo de docência. A média é de 98,07 meses, sendo que para as mulheres é de 79,23 e para os homens de 103,90, com desvios-padrão de 75,45, 83,60 e 72,83, respectivamente.

O tempo de magistério mediano é de 84 meses, ou seja, 50% dos respondentes têm tempo de magistério igual ou inferior a 84 meses. Para as mulheres, esse tempo é de 36 meses e, para os homens, é de 108 meses. Em geral, 132 meses é o tempo de docência com mais frequência entre os professores, sendo de 36 meses entre as mulheres e 132 meses entre os homens. De forma geral, o valor mínimo foi de 3 meses de magistério e o máximo de 300 meses.

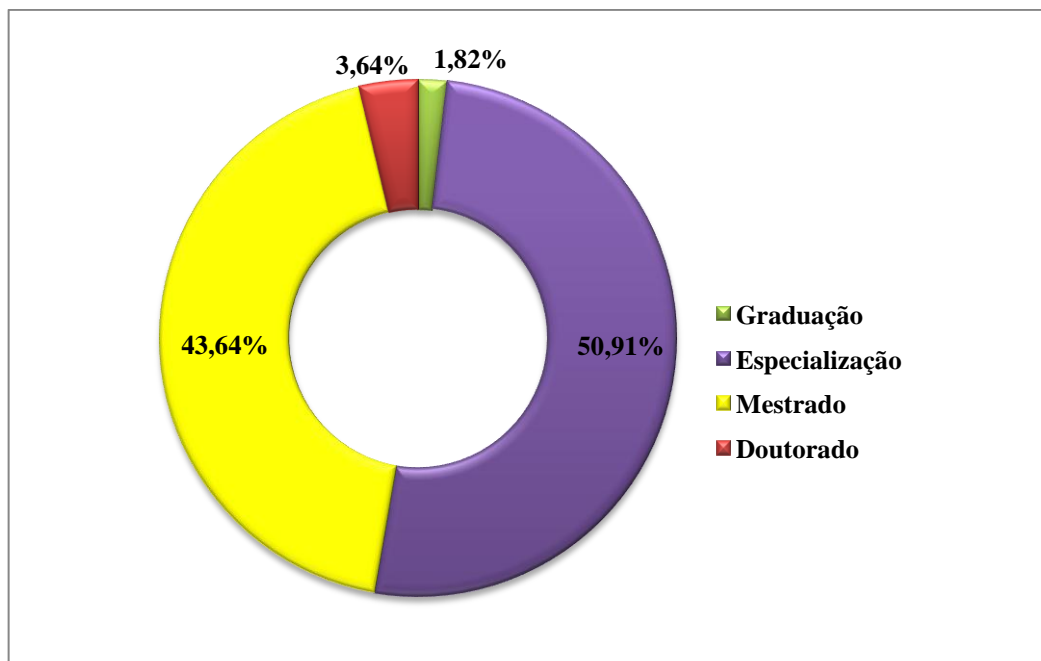
**Tabela nº 2 - Medidas descritivas para o tempo de docência em meses**

<b>MEDIDAS DESCRITIVAS</b>	<b>TEMPO DE DOCÊNCIA</b>
<b>Média aritmética</b>	98,07
<b>Média - fem.</b>	79,23
<b>Média - masc.</b>	103,9
<b>Mediana</b>	84
<b>Mediana - fem.</b>	36
<b>Mediana - masc.</b>	108
<b>Moda</b>	132
<b>Moda - fem.</b>	36
<b>Moda - masc.</b>	132
<b>Desvio-padrão</b>	75,45
<b>Desvio-padrão - fem.</b>	83,6
<b>Desvio-padrão - masc.</b>	72,83
<b>Mínimo</b>	3
<b>Mínimo - fem.</b>	6
<b>Mínimo - masc.</b>	3
<b>Máximo</b>	300
<b>Máximo - fem.</b>	240
<b>Máximo - masc.</b>	300

**FONTE: Autoria própria**

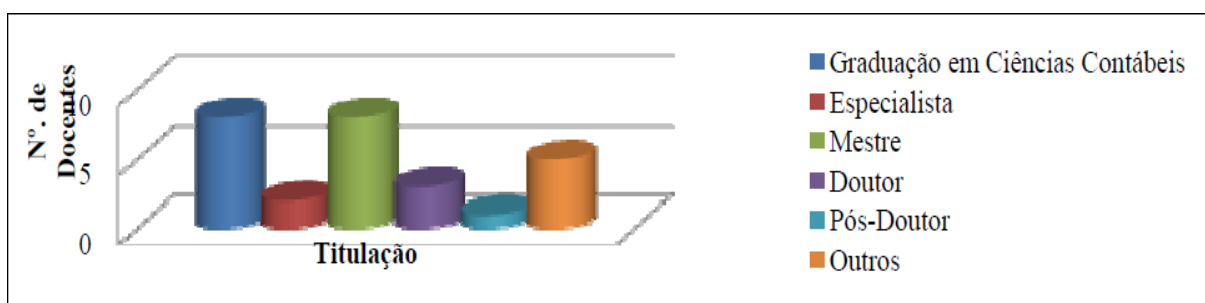
O trabalho de Bim, Nogueira e Reis (2010) apontou que o tempo de docência mínimo da amostra era de 12 meses e o tempo máximo era de 480 meses, maiores que o desta pesquisa. A média foi de 160,80 meses, com desvio-padrão de 115,20, também superiores aos valores apresentados neste trabalho.

O Gráfico nº 2 mostra a porcentagem dos professores que possuem graduação, especialização, mestrado e doutorado. A maior parte deles possui especialização (50,91%), seguida pelos que possuem mestrado (43,64%).



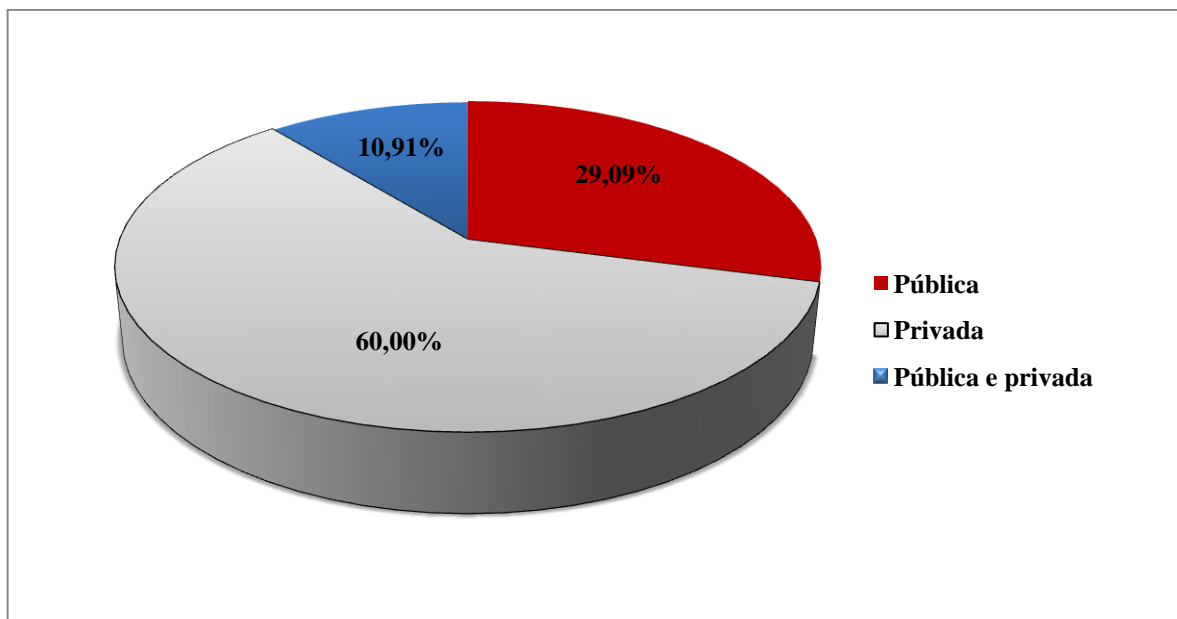
**Gráfico n° 2 – Maior titulação**  
**FONTE: Autoria própria**

A pesquisa de Almeida, Fonteles e Oliveira (2011), por meio de um questionário aplicado junto aos coordenadores de 18 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), verificou que 10 IFES não possuíam exigência específica quanto à maior titulação para o ensino da disciplina Contabilidade Internacional. As que possuíam alguma preferência em relação a esse fator, citaram com mais frequência a graduação em Ciências Contábeis e o mestrado, como pode ser observado pelo gráfico abaixo. A principal resposta da opção “Outros” foi que não existia preferência.



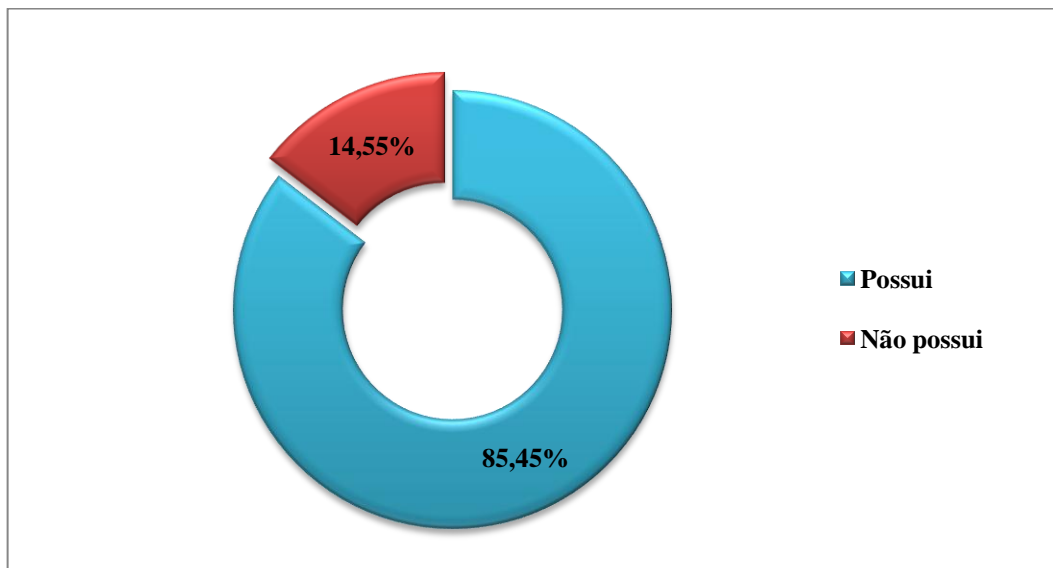
**Gráfico n° 3 - Preferência em relação à formação/titulação do docente da disciplina Contabilidade Internacional**  
**FONTE: Almeida, Fonteles e Oliveira (2011)**

Através do Gráfico n° 4 é possível ver a porcentagem dos respondentes que ministram aulas em IES pública, privada e pública e privada. A maior parte (60%) deles provém de IES privadas.



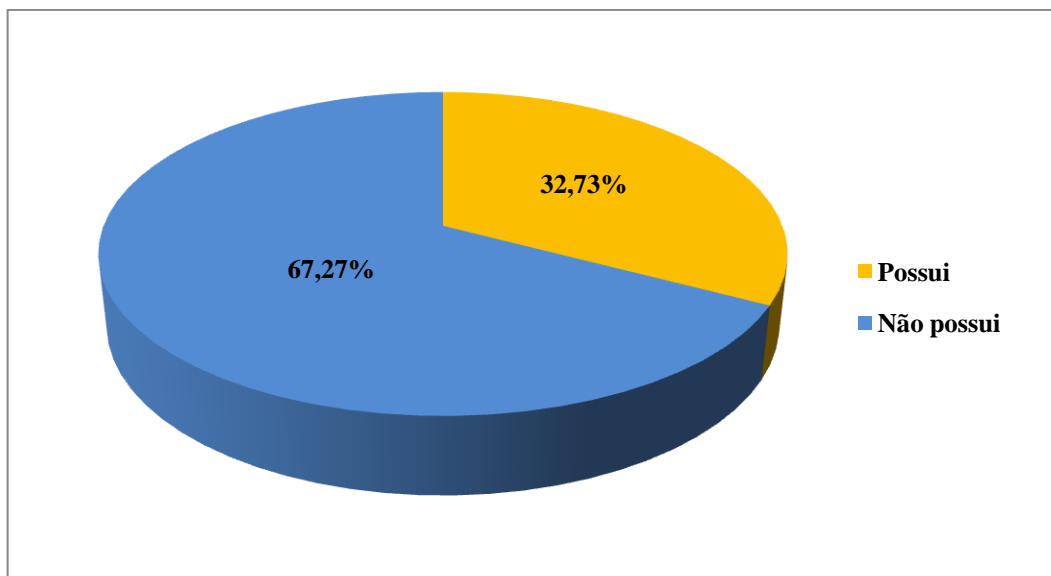
**Gráfico n° 4 - IES em que ministra aulas**  
**FONTE: Aatoria própria**

Por meio do Gráfico n° 5 é observado que 85,45% da amostra tem experiência como contador, auditor ou outra atividade contábil em empresas, enquanto que 14,55% não tem.



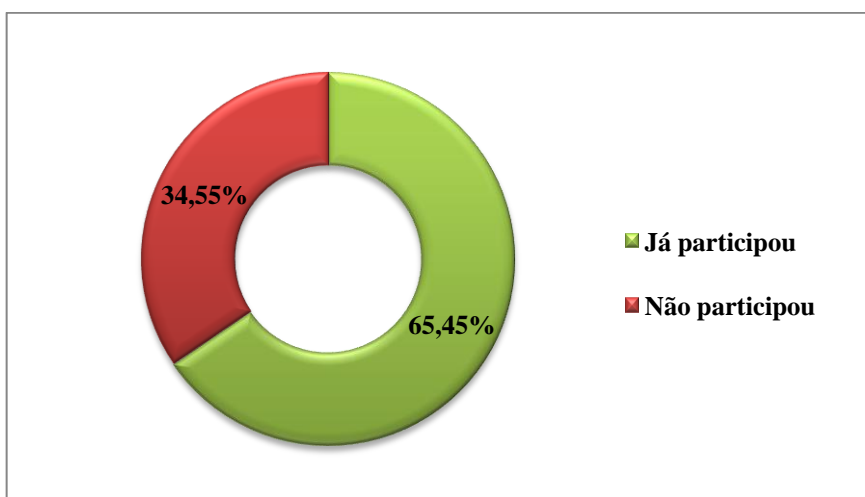
**Gráfico n° 5 - Experiência como contador, auditor ou outra atividade contábil**  
**FONTE: Aatoria própria**

Quanto à fluência em língua estrangeira, partiu-se do pressuposto que o professor que conhece outra língua estrangeira estaria familiarizado com o estudo de contabilidade em outras línguas, assim como com o hábito de leitura. O Gráfico n° 6 revela que a maioria dos professores (67,27%) não possui fluência em alguma língua estrangeira, enquanto 33,73% possui fluência.



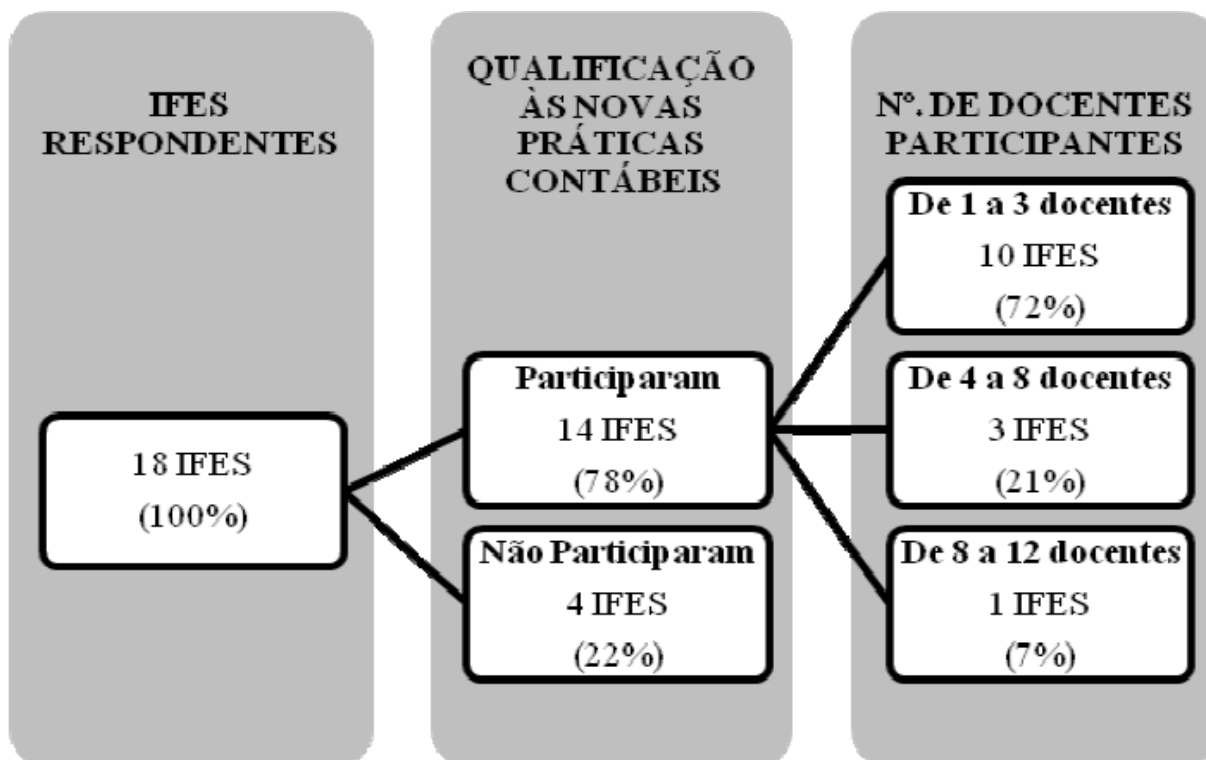
**Gráfico n° 6 - Fluência em língua estrangeira**  
**FONTE: Autoria própria**

Em relação à participação em cursos sobre normas internacionais de contabilidade, nota-se que a maioria (65,45%) já participou de algum curso, como pode ser observado pelo Gráfico n° 7.



**Gráfico n° 7 - Participação em cursos**  
**FONTE: Autoria própria**

O trabalho de Almeida, Fonteles e Oliveira (2011) também verificou a participação de professores em cursos que tratavam sobre a convergência das normas contábeis, especificamente em cursos oferecidos pelo sistema CFC/Conselhos Regionais de Contabilidade. Dos 18 coordenadores pesquisados, 14 afirmaram que os docentes haviam participado e 4 afirmaram que não. Isso pode ser observado na Figura n° 2.



**Figura nº 2 - Participação dos professores nos cursos do sistema CFC/ CRC's**  
**FONTE: Almeida, Fonteles e Oliveira (2011)**

O Gráfico nº 8 exibe as formas de atualização dos respondentes em relação às IFRS. Nota-se que a maior parte deles se atualiza por livros. Para a opção Outros, que são outras formas de atualização, os professores citaram a *internet*, *sites* do CFC/CPC/IASB, congressos, artigos e pronunciamentos dos órgãos reguladores, intercâmbio e parceria com outros colegas do mesmo segmento contábil, trabalhos de TCC.

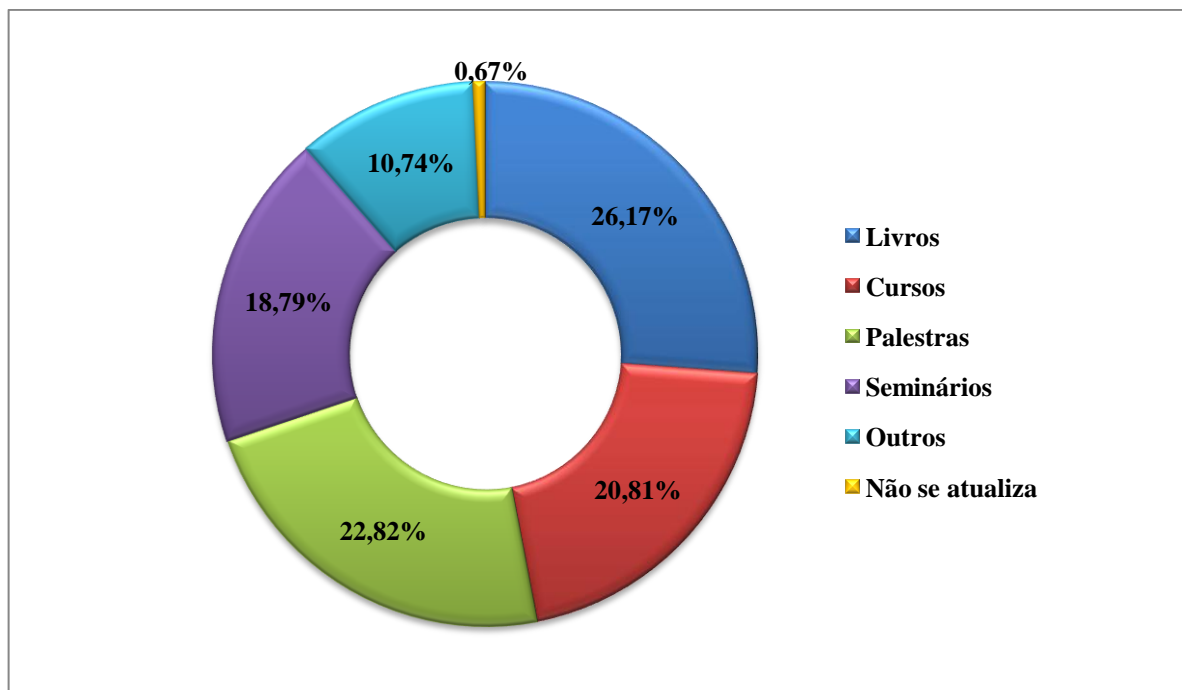


Gráfico n° 8 - Atualização em relação às IFRS  
 FONTE: Autoria própria

Os coordenadores dos cursos de contabilidade das IFES pesquisadas por Almeida, Fonteles e Oliveira (2011), afirmaram que palestras são as ações mais indicadas para os docentes como forma de atualização, seguidas pelos cursos e grupos de estudos, que constaram da opção “Outros”. Das 18 IFES pesquisadas, 7 possuem ações voltadas para as novas práticas contábeis. Isso pode ser observado pelo gráfico abaixo.

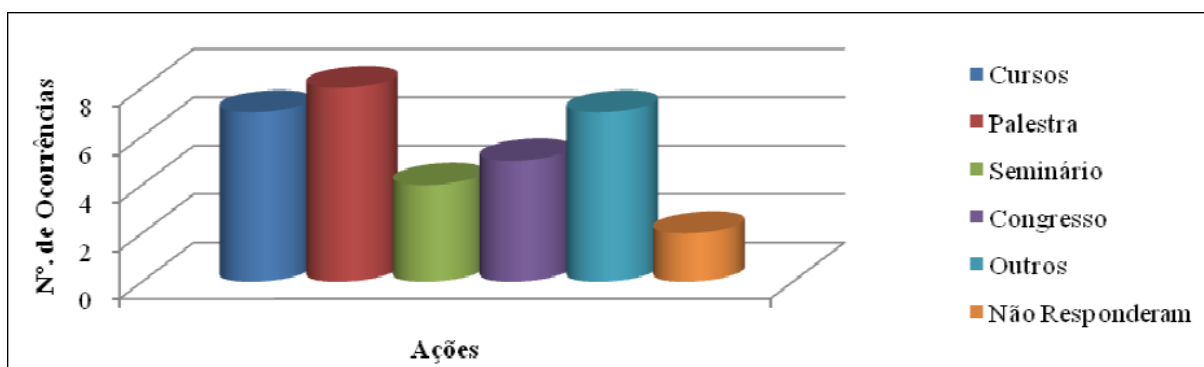


Gráfico n° 9 - Ações realizadas pelas IFES para promover o aperfeiçoamento dos docentes nas novas práticas contábeis  
 FONTE: Almeida, Fonteles e Oliveira (2011)

### 3.2 Conhecimento em relação aos pronunciamentos do CPC

As tabelas nº 3, 5 e 7 mostram os valores das medidas descritivas calculadas, de acordo com a Parte 1, a Parte 2 e a Parte 3, respectivamente, dos pronunciamentos contábeis do CPC.

#### 3.2.1 Parte 1

A Tabela nº 3 exibe a média aritmética, a mediana, a moda e o desvio-padrão dos pronunciamentos da Parte 1.

Tabela nº 3 – Parte 1

MEDIDAS DESCRITIVAS	PARTE 1					
	Pronunciamento Conceitual Básico (R1)	CPC 03 (R2)	CPC 04 (R1)	CPC 09	CPC 13	CPC 16 (R1)
Média aritmética	7,51	6,91	6,4	6,4	6,86	6,58
Mediana	8,00	8,00	7,00	7,00	8,00	7,00
Moda	8,00	9,00	8,00	8,00	8,00	8,00
Desvio-padrão	1,92	2,61	2,45	2,63	2,59	2,42
MEDIDAS DESCRITIVAS	CPC 18	CPC 20 (R1)	CPC 23	CPC 26 (R1)	CPC 27	CPC 30
Média aritmética	5,58	5,27	5,07	7,79	7,31	6,78
Mediana	6,00	6,00	6,00	8,00	8,00	8,00
Moda	7,00	7,00	6,00	9,00	8,00	8,00
Desvio-padrão	2,73	2,75	2,87	2,02	2,13	2,67

FONTE: Autoria própria

A maior média de conhecimento em relação às normas internacionais de contabilidade é a do CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, que é de 7,79, com desvio-padrão de 2,02. 50% dos professores se avaliaram com nota igual ou inferior a 8,00 e a nota que apareceu com mais frequência foi 9,00. Dos 55 professores, 15 (27,27%) se avaliaram com 9,00, enquanto 14 (25,45%) se avaliaram com 8,00, que é um valor bastante aproximado da média.

A menor média é a do CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, que é de 5,07, com desvio-padrão de 2,75. A mediana e a moda têm o mesmo valor, que é 6,00. Desta forma, 50% dos docentes se avaliaram com nota igual ou inferior a 6,00 e essa foi a nota dada com mais frequência, sendo que 14,55% (8 professores)

da amostra se avaliou com 6,00, apesar de a média ser 5,07. Apenas 5 (9,09%) se deram a nota 5,00, mais aproximada da média.

Em relação ao Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, a média é igual a 7,51 e o desvio-padrão a 1,92. Entre todos os respondentes, 50% tiveram notas igual ou inferior a 8,00. Apesar de a média ser 7,51, 40% dos professores se avaliaram com a nota mais frequente (moda), que é 8,00.

Pela Tabela nº 4 é possível visualizar as medidas descritivas gerais pertencentes à Parte 1.

**Tabela nº 4 - Medidas descritivas gerais da Parte 1**

<b>PARTE 1</b>	
<b>MEDIDAS DESCRITIVAS</b>	<b>VALORES</b>
<b>Média aritmética</b>	6,54
<b>Mediana</b>	7,50
<b>Moda</b>	8,00
<b>Desvio-padrão</b>	0,31

**FONTE: Autoria própria**

De forma geral, a média de conhecimento para os CPCs da Parte 1 é de 6,54, com desvio-padrão de 0,31. Entre todos os docentes, 50% se avaliaram com nota igual ou menor que 7,50 e a nota que mais se repetiu foi 8,00.

### **3.2.2 Parte 2**

A Tabela nº 5 apresenta as medidas descritivas calculadas para a Parte 2.

Tabela nº 5 – Parte 2

MEDIDAS DESCRITIVAS	PARTE 2					
	CPC 02 (R2)	CPC 5 (R1)	CPC 6 (R1)	CPC 7 (R1)	CPC 12	CPC 19
Média aritmética	4,29	4,67	5,35	4,73	5,81	4,49
Mediana	5,00	5,00	6,00	5,00	6,00	5,00
Moda	5,00	7,00	7,00	5,00	7,00	5,00
Desvio-padrão	2,76	3,21	2,95	2,86	2,74	2,62
MEDIDAS DESCRITIVAS	CPC 22	CPC 24	CPC 28	CPC 32	CPC 37 (R1)	
Média aritmética	4,29	4,67	4,62	5,78	6,27	
Mediana	5,00	6,00	5,00	7,00	7,00	
Moda	0,00	6,00	0,00	8,00	5,00	
Desvio-padrão	2,87	3,06	3,00	2,95	2,65	

FONTE: Autoria própria

A maior média de conhecimento é a do CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, que é de 6,27; e desvio-padrão é de 2,65. Entre todos os pesquisados, 50% se arrogaram com nota igual ou inferior a 7 para esse CPC e a nota mais frequente foi 5,00. Dos 55 respondentes, 11 (20%) se avaliaram com 5,00 (moda), sendo que ao observar a nota 6,00 (mais próxima da média) apenas 12,72% se avaliaram com ela.

Dois CPCs têm a menor média: o CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e o CPC 22 – Informações por segmento. Esse valor é igual a 4,29, sendo que o desvio-padrão do primeiro é 2,76 e do segundo 2,87. Para os dois pronunciamentos, 50% dos professores se qualificaram com nota igual ou inferior a 5,00.

A nota mais frequente do CPC 02 (R2) foi 5,00, em que 10 (18,18%) professores se avaliaram com ela. Ao se observar a nota 4,00, que é a mais próxima da média, apenas 3 (5,45%) docentes se deram essa nota.

A nota mais frequente do CPC 22 foi 0,00, considerando que 9 (16,36%) dos docentes se avaliaram com ela. Considerando a nota 4,00, que é a que mais se aproxima da média, apenas 4 (7,27%) respondentes se deram essa nota.

A Tabela nº 6 mostra as medidas descritivas gerais da Parte 2.

Tabela nº 6 - Medidas descritivas gerais da Parte 2

PARTE 2 - PRONUNCIAMENTOS INTERMEDIÁRIOS	
MEDIDAS DESCRITIVAS	VALORES
Média aritmética	5,00
Mediana	5,00
Moda	5,00
Desvio-padrão	0,18

FONTE: Autoria própria

A média, a mediana e a moda apresentaram valores iguais e o desvio-padrão teve um valor baixo. A média de conhecimento para os pronunciamentos dessa parte é 5,00, sendo essa a nota mais frequente. 50% dos docentes se deram nota igual ou inferior a 5,00.

### 3.2.3 Parte 3

A Tabela nº 7 demonstra a média, a mediana, a moda e o desvio-padrão das notas atribuídas pelos professores para os CPCs da Parte 3.

Tabela nº 7 - Parte 3

MEDIDAS DESCRITIVAS	PARTE 3					
	CPC 8 (R1)	CPC 10 (R1)	CPC 15 (R1)	CPC 17	CPC 29	CPC 31
Média aritmética	4,27	4,07	4,55	4,13	4,04	4,49
Mediana	5,00	5,00	5,00	5,00	4,00	5,00
Moda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
Desvio-padrão	2,93	2,79	2,85	3,05	3,14	2,81

MEDIDAS DESCRITIVAS	CPC 36 (R2)	CPC 38	CPC 39	CPC 40	CPC 43 (R1)	CPC PME
	Média aritmética	5,91	4,87	4,87	4,76	5,13
Mediana	7,00	5,00	5,00	5,00	6,00	7,00
Moda	7,00	7,00	5,00	5,00	7,00	8,00
Desvio-padrão	2,68	2,49	2,53	2,56	2,62	2,59

FONTE: Autoria própria

As médias de conhecimento dos professores em relação às IFRS tiveram valores aproximados. A maior média é 6,43 e refere-se ao CPC PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas (R1), em que o desvio-padrão é de 2,59. 50% dos respondentes se atribuíram nota igual ou abaixo de 7,00. A moda é 8,00 e apesar de 12 (21,82%) docentes se avaliarem com essa nota, 11 (20%) se avaliaram com 7,00, que é um valor mais aproximado da média. Apenas 4 (7,27%) respondentes se deram a nota 6,00.

Já a menor média, que é 4,04, refere-se ao CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola. O desvio-padrão é 3,14, a mediana é 4,00. A moda é 0,00, considerando que 14 (25,45%) professores se deram essa nota. Apenas 6 (10,91%) professores se atribuíram a nota 4,00, que é a mais próxima da média.

Como pode ser observado pela Tabela nº 8, a média de conhecimento referente a todos os pronunciamentos da Parte 3 é de 4,79 e o desvio-padrão é 0,21. A mediana é igual a 5,00, ou seja, 50% dos professores imputaram a si notas menores ou iguais a 5,00. A nota 0,00 é a que mais foi dada.

**Tabela nº 8 - Medidas descritivas gerais da Parte 3**

<b>PARTE 3</b>	
<b>MEDIDAS DESCRITIVAS</b>	<b>VALORES</b>
Média aritmética	4,79
Mediana	5,00
Moda	0,00
Desvio-padrão	0,21

**FONTE: Aatoria própria**

### **3.2.4 Conhecimento relacionado a todos os pronunciamentos**

A Tabela nº 9 apresenta as medidas da estatística descritiva relacionadas a todos os pronunciamentos utilizados nesta pesquisa.

**Tabela nº 9 – Medidas descritivas para todos os pronunciamentos**

<b>TODOS OS PRONUNCIAMENTOS</b>	
<b>MEDIDAS DESCRITIVAS</b>	<b>VALORES</b>
Média aritmética	5,46
Mediana	6,00
Moda	8,00
Desvio-padrão	0,29

**FONTE: Aatoria própria**

A média aritmética de conhecimento relativo às normas internacionais de contabilidade dos cinquenta e cinco professores pesquisados é igual a 5,46, com desvio-padrão de 0,29. Entre todos os docentes, 50% se avaliaram com nota igual ou inferior a 6,00 e a nota mais atribuída foi 8,00.

Esse nível de conhecimento é baixo, sendo necessária maior atualização dos docentes em relação aos CPCs. Segundo Almeida, Fonteles e Oliveira (2011), o professor é um agente

que integra a universidade com a comunidade, sendo o aprendizado contínuo pressuposto da profissão contábil e a atualização essencial na área acadêmica. A pesquisa desses autores constatou o baixo investimento na atualização relacionada às novas práticas contábeis.

Bim, Nogueira e Reis (2010) apuraram por meio de um questionário que 21,6% dos docentes pesquisados, pertencentes às instituições públicas, discordaram sobre estar atualizados em relação aos CPCs.

Guimarães *et al* (2011) realizaram uma pesquisa em Iúna e Muniz Freire (Espírito Santo), em que o questionário aplicado possuía sete alternativas relacionadas com a convergência das normas contábeis. O nível de conhecimento foi avaliado com base na quantidade de opções escolhidas, sendo que todas elas eram corretas. Dessa forma, se o respondente escolhesse entre uma e três opções, seu nível de conhecimento era baixo; se escolhesse entre quatro e cinco, o nível era médio; e se escolhesse entre seis e sete, o nível era alto. Os autores verificaram que a maior parte (62,5%) dos profissionais participantes da pesquisa não possui um bom nível de conhecimento acerca do assunto abordado e 37,50% dos profissionais possuem nível alto de conhecimento. Além disso, 17,65% dos respondentes da pesquisa sentiam-se preparados e seguros para atuar, sendo um percentual baixo. 29,41% afirmaram possuir apenas uma noção sobre o assunto, precisando de qualificação para dominá-lo, ao passo que 23,53% se sentiam despreparados.

A pesquisa de Stephanie Wehrung (2011) na *Coastal Carolina University*, Estados Unidos, que diferentemente desta avaliou o conhecimento de estudantes de contabilidade, mostrou que a média das notas relativas às IFRS desses estudantes do nível Intermediário I foi de 41%. Em relação ao nível Intermediário III, a média foi de 34%, o que foi uma surpresa, pois os estudantes desse nível deveriam ter maior conhecimento três semestres após estudarem no nível Intermediário I. Dos resultados de entrevistas feitas, apurou-se que os professores, de modo geral, consideraram seus conhecimentos em IFRS como limitados, não sendo avaliado o nível de conhecimento deles.

Pereira (2011) também verificou através de questionário o nível de conhecimento dos alunos sobre as IFRS, conforme a metodologia de ensino utilizada nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Distrito Federal. O conhecimento baixo foi verificado em relação a alguns pronunciamentos (contratos de construção, combinação de negócios, valor justo e *impairment test*) assim como em relação a conteúdos das normas internacionais. Isso deu sinais de que os alunos desconheciam as novas normas.

Os estudantes do Distrito Federal tiveram conhecimento bom nos pronunciamentos que tratam da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e da Estrutura Conceitual para elaboração das demonstrações contábeis, tendo em vista que a DFC não se configura como uma novidade conduzida pelas normas, de acordo com Pereira (2011).

Não houve tempo hábil para preparação da sociedade em geral frente ao início do processo de convergência e a obrigatoriedade do uso das IFRS por parte das empresas do Brasil, por isso nenhum dos estudantes do Distrito Federal afirmou possuir conhecimento excelente sobre as normas (PEREIRA, 2011).

### 3.3 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e o sexo

Como é mostrado na Tabela nº 10, a média de conhecimento em IFRS para o sexo feminino é 3,94 e para o masculino é 5,93, com desvio-padrão de 2,11 e 1,85, respectivamente.

**Tabela nº 10 – Média e desvio-padrão de acordo com o sexo**

	SEXO	N	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	ERRO PADRÃO DA MÉDIA
<b>Média de conhecimento</b>	Feminino	13	3,94	2,11	0,58
	Masculino	42	5,93	1,85	0,28

**FONTE: Autoria própria**

A Tabela nº 11 mostra os resultados da aplicação do Teste de LEVENE e do Teste *t*, para verificar a igualdade da média de conhecimento entre homens e mulheres. Assim, verificou-se que as variâncias das duas amostras são estatisticamente iguais, visto que Sig. > 0,05. Considerando essa igualdade e sendo o p-valor < 0,05, as médias de conhecimento em IFRS são estatisticamente diferentes para as mulheres e para os homens.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> O Teste de LEVENE é feito para verificar a igualdade de variâncias entre duas amostras. Caso Sig. > 0,05, as variâncias das duas amostras são iguais. Sendo assim, no Teste *t* deve ser observada a linha “Igualdade de variâncias assumida”. Observado o p-valor, se esse for > 0,05, as médias das duas amostras são consideradas estatisticamente iguais. O mesmo raciocínio é seguido caso as variâncias das duas amostras sejam diferentes.

Tabela nº 11 - Média de conhecimento em IFRS *versus* sexo

		TESTE DE LEVENE PARA IGUALDADE DE VARIÂNCIAS						
		F			Sig.			
Média de conhecimento	Igualdade de variâncias assumida	0,992			0,324			
	Igualdade de variâncias não assumida							
		TESTE <i>t</i> PARA IGUALDADE DE MÉDIAS						
		t	Graus de liberdade	Sig. bicaudal (p-valor)	Diferença de média	Diferença de desvio-padrão	95% de intervalo de confiança da diferença	
Inferior	Superior							
Média de conhecimento	Igualdade de variâncias assumida	-3,278	53,000	0,002	-1,985	0,606	-3,199	-0,770
	Igualdade de variâncias não assumida	-3,053	18,079	0,007	-1,985	0,650	-3,350	-0,619

FONTE: Autoria própria

Dessa forma, como o sexo foi uma variável de diferenciação da média de conhecimento entre homens e mulheres, os homens têm conhecimento maior do que as mulheres, como demonstrado na Tabela nº 10. Isso ocorreu apesar da maior inserção das mulheres na profissão contábil, como afirmaram Bim, Nogueira e Reis (2010).

### 3.4 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e experiência profissional

A média de conhecimento em IFRS é de 4,36, para os docentes sem experiência profissional como contador, auditor ou outra atividade contábil em organizações, e de 5,64 para os que a possuem, com desvios-padrão de 2,31 e 2,00, respectivamente, de acordo com a Tabela nº 12.

Tabela n° 12 – Média e desvio-padrão de acordo com a experiência profissional

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COMO CONTADOR, AUDITOR OU OUTRA ATIVIDADE CONTÁBIL		N	MÉDIA	DESVIO- PADRÃO	ERRO PADRÃO DA MÉDIA
Média de conhecimento	Sem experiência	8	4,36	2,31	0,82
	Com experiência	47	5,64	2,00	0,29

FONTE: Autoria própria

Pelos resultados do teste paramétrico aplicado, que podem ser vistos na Tabela n° 13, é assumida a igualdade de variâncias das duas amostras, dado que Sig. > 0,05. Sendo o p-valor > 0,05, as médias de conhecimento em relação às normas internacionais de contabilidade dos professores com e dos sem experiência são estatisticamente iguais.

Tabela n° 13 - Média de conhecimento em IFRS *versus* experiência profissional

		TESTE DE LEVENE PARA IGUALDADE DE VARIÂNCIAS						
		F			Sig.			
Média de conhecimento	Igualdade de variâncias assumida	0,087			0,769			
	Igualdade de variâncias não assumida							
		TESTE t PARA IGUALDADE DE MÉDIAS						
		t	Graus de liberdade	Sig. bicaudal (p-valor)	Diferença de média	Diferença de desvio- padrão	95% de intervalo de confiança da diferença	
						Inferior	Superior	
Média de conhecimento	Igualdade de variâncias assumida	-1,648	53,000	0,105	-1,286	0,780	-2,851	0,279
	Igualdade de variâncias não assumida	-1,482	8,865	0,173	-1,286	0,868	-3,254	0,682

FONTE: Autoria própria

Logo, a experiência profissional dos docentes de contabilidade em empresas não é uma variável que diferenciou o conhecimento relacionado às IFRS, ou seja, as médias de conhecimento 4,36 e 5,64 são consideradas iguais, independentemente à experiência.

### 3.5 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e o domínio de língua estrangeira

A média de conhecimento para os respondentes que não possuem fluência em alguma língua estrangeira é de 5,58, com desvio-padrão de 1,89. Já para os que possuem fluência, essa medida é de 5,21, com desvio-padrão de 2,45. Esses valores podem ser observados na Tabela nº 14.

**Tabela nº 14 – Média e desvio-padrão de acordo com a fluência em língua estrangeira**

FLUÊNCIA EM ALGUMA LÍNGUA ESTRANGEIRA		N	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	ERRO PADRÃO DA MÉDIA
Média de conhecimento	Não possui fluência	37	5,58	1,89	0,31
	Possui fluência	18	5,21	2,45	0,58

**FONTE: Autoria própria**

Através dos resultados obtidos pelo Teste de Levene, que podem ser observados na Tabela nº 15, a igualdade de variância entre as duas amostras é assumida, visto que Sig. > 0,05. Como a Sig. Bicaudal > 0,05, conclui-se que a média de conhecimento para os professores que possuem fluência em língua estrangeira é estatisticamente igual à média de conhecimento dos que não possuem.

Tabela nº 15 - Média de conhecimento em IFRS versus fluência em língua estrangeira

		TESTE DE LEVENE PARA IGUALDADE DE VARIÂNCIAS						
		F			Sig.			
Média de conhecimento	Igualdade de variâncias assumida	2,359			0,131			
	Igualdade de variâncias não assumida							
		TESTE t PARA IGUALDADE DE MÉDIAS						
		t	Graus de liberdade	Sig. bicaudal (p-valor)	Diferença de média	Diferença de desvio-padrão	95% de intervalo de confiança da diferença	
						Inferior	Superior	
Média de conhecimento	Igualdade de variâncias assumida	0,608	53,000	0,546	0,364	0,599	-0,838	1,566
	Igualdade de variâncias não assumida	0,556	27,224	0,583	0,364	0,655	-0,979	1,708

FONTE: Autoria própria

Portanto, infere-se que as médias 5,58 e 5,21 são estatisticamente iguais, sendo que o domínio de língua estrangeira não causou diferenciação na média de conhecimento dos professores sobre as IFRS.

### 3.6 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e a participação em cursos

De acordo com a Tabela nº 16, a média de conhecimento dos docentes que não participaram de cursos sobre IFRS é 4,54, com desvio-padrão de 2,38. Já para os que participaram de algum curso, essa medida é de 6,12, com desvio-padrão de 1,55.

Tabela nº 16 - Parâmetros estatísticos de acordo com a participação em curso sobre IFRS

		N	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	ERRO PADRÃO DA MÉDIA
Média de conhecimento	Não participou	23	4,54	2,38	0,50
	Participou	32	6,12	1,55	0,27

FONTE: Autoria própria

Pelo Teste de Levene, cujos resultados estão na Tabela nº 17, a igualdade das variâncias das duas amostras não é assumida, pois Sig. < 0,05. Assim, as médias de conhecimento dos respondentes que não participaram e dos que participaram de cursos que tratavam de normas internacionais de contabilidade são estatisticamente diferentes, dado o p-valor < 0,05.

**Tabela nº 17 - Média de conhecimento em IFRS versus participação em cursos**

		TESTE DE LEVENE PARA IGUALDADE DE VARIÂNCIAS						
		F			Sig.			
Média de conhecimento	Igualdade de variâncias assumida	8,877			0,004			
	Igualdade de variâncias não assumida							
		TESTE t PARA IGUALDADE DE MÉDIAS						
		t	Graus de liberdade	Sig. bicaudal (p-valor)	Diferença de média	Diferença de desvio-padrão	95% de intervalo de confiança da diferença	
							Inferior	Superior
Média de conhecimento	Igualdade de variâncias assumida	-2,980	53,000	0,004	-1,577	0,529	-2,639	-0,515
	Igualdade de variâncias não assumida	-2,785	35,165	0,009	-1,577	0,566	-2,727	-0,428

**FONTE: Autoria própria**

O fato de o professor ter participado de algum curso sobre normas internacionais de contabilidade diferenciou a média de conhecimento dele com a média do que não participou. Dessa forma, a média 6,12 dos participantes de cursos é maior que a dos não participantes, que é 4,54.

### 3.7 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e o tempo de magistério

A Tabela nº 18 exibe a média e o desvio-padrão de acordo com os tempos de docência apresentados pelos professores.

**Tabela nº 18 - Média e desvio-padrão segundo o tempo de magistério**

<b>TEMPO DE DOCÊNCIA (EM MESES)</b>	<b>MÉDIA</b>	<b>N</b>	<b>DESVIO-PADRÃO</b>
3	7,63	1	.
5	7,83	1	.
6	2,14	1	.
12	7,24	4	0,12
24	5,30	3	2,52
28	5,34	1	.
30	4,77	1	.
36	5,35	4	2,55
42	2,00	1	.
48	4,67	3	1,44
60	4,67	4	1,39
72	6,35	3	2,15
84	6,26	1	.
96	5,86	1	.
108	6,22	3	2,01
120	4,49	4	1,31
132	6,40	5	0,86
144	5,84	5	2,40
180	4,83	4	3,22
228	6,43	1	.
240	,00	1	.
264	7,60	1	.
300	4,53	2	2,61
Total	5,46	55	2,07

**FONTE: Autoria própria**

Como o p-valor  $> 0,05$ , as médias de conhecimento dos professores demonstradas no quadro acima são estatisticamente iguais, como pode ser observado nos resultados apresentados na Tabela nº 19.

**Tabela nº 19 - Média de conhecimento em IFRS versus tempo de magistério**

	<b>SOMA DOS QUADRADOS</b>	<b>GRAUS DE LIBERDADE</b>	<b>MÉDIA QUADRÁTICA</b>	<b>F</b>	<b>SIG. (p-valor)</b>
<b>Entre grupos (combinados)</b>	103,481	22,000	4,704	1,171	0,335
<b>Dentro dos grupos</b>	128,516	32,000	4,016		
<b>Total</b>	231,997	54,000			

**FONTE: Aatoria própria**

Diante do exposto, as médias de conhecimento relacionadas aos respectivos tempos de docência são estatisticamente iguais, ou seja, o tempo de magistério não diferenciou a média de conhecimento dos professores. Por exemplo, o professor com 300 meses de docência pode ter média de conhecimento igual ao professor com 3 meses.

### **3.8 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e as disciplinas lecionadas**

A Tabela nº 20 apresenta as médias de conhecimento dos docentes em IFRS segundo as disciplinas ministradas por eles. Assim, os que ensinam matérias que envolvem mais de um grupo possuem a maior média (6,10), seguidos pelos que ensinam as matérias relacionadas às IFRS, com média de 5,55.

**Tabela nº 20 - Média e desvio-padrão de acordo com as matérias ministradas**

<b>MATÉRIAS MINISTRADAS</b>	<b>MÉDIA</b>	<b>N</b>	<b>DESVIO-PADRÃO</b>
<b>Matérias ligadas às IFRS</b>	5,55	36	2,17
<b>Matérias da área gerencial</b>	5,41	12	1,87
<b>Matérias da área pública</b>	4,22	4	2,19
<b>Mais de um grupo</b>	6,10	3	1,85
<b>Total</b>	5,46	55	2,07

**FONTE: Aatoria própria**

Os resultados do teste de igualdade de médias amostrais realizado através da metodologia ANOVA estão na Tabela nº 21. As médias de conhecimento dos professores que ensinam matérias ligadas às IFRS, à área gerencial, à área pública, assim como os que pertencentes a mais de um grupo, são estatisticamente iguais, sendo que o p-valor > 0,05.

**Tabela n° 21 – Média de conhecimento em IFRS *versus* disciplinas lecionadas**

	<b>SOMA DOS QUADRADOS</b>	<b>GRAUS DE LIBERDADE</b>	<b>MÉDIA QUADRÁTICA</b>	<b>F</b>	<b>SIG. (p-valor)</b>
<b>Entre grupos (combinados)</b>	7,736	3,000	2,579	0,586	0,627
<b>Dentro dos grupos</b>	224,260	51,000	4,397		
<b>Total</b>	231,997	54,000			

**FONTE: Aatoria própria**

A média de conhecimento de 5,55 dos docentes que ensinam matérias ligadas às IFRS é estatisticamente igual à média de 4,22 dos que ensinam disciplinas da área pública, em virtude de as matérias ministradas não serem variáveis que diferenciaram as médias estatisticamente.

### **3.9 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e a idade**

A Tabela n° 22 exhibe as médias de conhecimento dos professores relacionado às normas internacionais de contabilidade e seus respectivos desvios-padrão, de acordo com a idade.

Tabela n° 22 - Média e desvio-padrão de acordo com a idade

IDADE	MÉDIA	N	DESVIO-PADRÃO
24	7,83	1	.
25	4,30	2	3,05
27	7,03	1	.
28	7,31	1	.
30	4,23	4	2,17
31	5,56	4	2,30
32	5,41	3	2,42
33	5,46	1	.
34	6,29	3	1,54
37	6,24	2	1,56
38	8,54	1	.
39	7,43	1	.
40	6,44	2	0,39
41	5,80	5	1,52
42	2,40	1	.
43	6,04	4	0,46
44	4,13	2	0,34
45	5,87	3	3,37
46	7,31	1	.
47	7,00	1	.
49	6,26	2	0,89
51	5,63	1	.
52	3,10	2	3,90
53	2,33	2	3,29
54	7,60	1	.
59	6,37	1	.
60	3,43	2	0,77
62	2,69	1	.
<b>Total</b>	<b>5,46</b>	<b>55</b>	<b>2,07</b>

FONTE: Autorial própria

De acordo com os resultados do Teste ANOVA para igualdade da média, apresentados na Tabela n° 23, as médias apresentadas na Tabela n° 22 são estatisticamente iguais, sendo que o p-valor > 0,05.

**Tabela n° 23 - Média de conhecimento em IFRS versus idade**

	<b>SOMA DOS QUADRADOS</b>	<b>GRAUS DE LIBERDADE</b>	<b>MÉDIA QUADRÁTICA</b>	<b>F</b>	<b>SIG. (p-valor)</b>
<b>Entre grupos (combinados)</b>	113,445	27,000	4,202	0,957	0,545
<b>Dentro dos grupos</b>	118,552	27,000	4,391		
<b>Total</b>	231,997	54,000			

**FONTE: Aatoria própria**

Assim, a idade do docente é uma variável que não causou diferença na média de conhecimento dele relativa aos CPCs. Por exemplo, a média de 7,83 do respondente que possui 24 anos é estatisticamente igual à do que possui 62 anos, em que a média é de 2,69.

### **3.10 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e a maior titulação**

As médias de conhecimento dos docentes e seus respectivos desvios-padrão estão demonstrados na Tabela n° 24 abaixo, de acordo com a maior titulação. Dos 55 respondentes, apenas um possui a graduação e dois possuem doutorado.

**Tabela n° 24 - Média e desvio-padrão segundo a maior titulação**

<b>MAIOR TITULAÇÃO</b>	<b>MÉDIA</b>	<b>N</b>	<b>DESVIO-PADRÃO</b>
Graduação	2,14	1	.
Especialização	5,54	28	2,15
Mestrado	5,45	24	2,04
Doutorado	5,94	2	0,44
<b>Total</b>	<b>5,46</b>	<b>55</b>	<b>2,07</b>

**FONTE: Aatoria própria**

As médias de conhecimento dos docentes que possuem graduação, especialização, mestrado e doutorado são estatisticamente iguais, pois o p-valor > 0,05, como pode ser observado pelos resultados demonstrados na Tabela n° 25.

O fato de o professor ser doutor ou graduado não fez com que a média de conhecimento de um ou de outro fosse diferente. Logo, a média de conhecimento de 5,94 é estatisticamente igual a 2,14.

**Tabela nº 25 - Média de conhecimento em IFRS versus maior titulação**

	<b>SOMA DOS QUADRADOS</b>	<b>GRAUS DE LIBERDADE</b>	<b>MÉDIA QUADRÁTICA</b>	<b>F</b>	<b>SIG. (p-valor)</b>
<b>Entre grupos (combinados)</b>	11,665	3,000	3,888	0,900	0,448
<b>Dentro dos grupos</b>	220,332	51,000	4,320		
<b>Total</b>	231,997	54,000			

**FONTE: Autoria própria**

### **3.11 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e as IES em que os professores ministram aulas**

Como pode ser observado na tabela abaixo, a média de conhecimento dos professores que ministram aulas em universidades públicas é 5,53, com desvio-padrão de 1,79. Para os que dão aulas em universidades privadas, essas medidas são de 5,57 e 2,07, respectivamente. Finalmente, os que ensinam nos dois tipos de universidades têm média de 4,63 e desvio-padrão de 2,89.

**Tabela nº 26 - Média e desvio-padrão segundo a IES**

<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)</b>	<b>MÉDIA</b>	<b>N</b>	<b>DESVIO-PADRÃO</b>
<b>Pública</b>	5,53	16	1,79
<b>Privada</b>	5,57	33	2,07
<b>Pública e privada</b>	4,63	6	2,89
<b>Total</b>	5,46	55	2,07

**FONTE: Autoria própria**

Considerando que o p-valor > 0,05, as médias citadas são estatisticamente iguais, como pode ser observado pelos resultados do Teste ANOVA para igualdade de médias. Esses resultados estão na tabela abaixo.

**Tabela nº 27 - Média de conhecimento em IFRS versus IES**

	<b>SOMA DOS QUADRADOS</b>	<b>GRAUS DE LIBERDADE</b>	<b>MÉDIA QUADRÁTICA</b>	<b>F</b>	<b>SIG. (p-valor)</b>
<b>Entre grupos (combinados)</b>	4,633	2,000	2,317	0,530	0,592
<b>Dentro dos grupos</b>	227,364	52,000	4,372		
<b>Total</b>	231,997	54,000			

**FONTE: Autoria própria**

Infere-se que o professor que dá aulas em uma universidade pública teve a média de conhecimento igual ao que dá aulas em uma particular ou ao que ministra aulas em uma pública e particular ao mesmo tempo. Portanto, as médias 5,53, 5,57 e 4,63 são estatisticamente iguais, sendo que as IES em que os professores dão aulas não são variáveis de diferenciação dessas medidas descritivas.

### 3.12 Relação entre a média de conhecimento em IFRS e as horas de participação em cursos sobre IFRS

A Tabela nº 28 mostra as médias e os desvios-padrão dos professores que participaram de cursos que tratavam sobre normas internacionais de contabilidade. Dos 55 respondentes, 32 participaram de algum curso. A maior média de conhecimento é de um professor que participou de um curso de 300 horas, enquanto que a menor é de um que participou de um curso de 3 horas.

**Tabela nº 28 - Média e desvio-padrão de acordo a carga horária de cursos**

CARGA HORÁRIA	MÉDIA	N	DESVIO-PADRÃO
3	4,37	1	.
4	5,47	2	0,02
8	6,31	4	0,36
15	7,00	1	.
16	7,28	4	0,71
20	3,89	2	2,46
24	6,42	3	1,47
30	5,14	1	.
32	5,94	4	1,95
34	7,43	1	.
40	4,39	2	2,81
60	6,35	3	0,61
240	4,37	1	.
280	7,34	1	.
300	8,54	1	.
400	7,63	1	.
<b>Total</b>	6,12	32	1,55

**FONTE: Autoria própria**

Os resultados do teste de igualdade de médias mostram que as médias de conhecimento dos professores das amostras citadas são estatisticamente iguais, tendo em vista que o p-valor > 0,05. Esses resultados podem ser observados na Tabela nº 29.

**Tabela nº 29 - Média de conhecimento em IFRS *versus* carga horária de cursos**

	<b>SOMA DOS QUADRADOS</b>	<b>GRAUS DE LIBERDADE</b>	<b>MÉDIA QUADRÁTICA</b>	<b>F</b>	<b>SIG. (p-valor)</b>
<b>Entre grupos (combinados)</b>	42,069	15,000	2,805	1,387	0,262
<b>Dentro dos grupos</b>	32,359	16,000	2,022		
<b>Total</b>	74,427	31,000			

**FONTE: Aatoria própria**

Apesar de as médias de conhecimento dos professores que participaram ou não de cursos serem estatisticamente diferentes, a quantidade de horas de participação não tornou a média de conhecimento dos professores também diferentes. Assim, as médias de conhecimento dos docentes são estatisticamente iguais, independentemente de quantidade de horas de participação em cursos.

## CONCLUSÃO

Com a internacionalização dos mercados, surgiu a convergência das normas internacionais de contabilidade e junto a ela a necessidade de estudar mais o tema, a de entendimento e de aperfeiçoamento do conhecimento do profissional contábil.

Dessa forma, esta pesquisa objetivou avaliar o nível de conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis (modalidade presencial) acerca das normas internacionais de contabilidade.

O nível de conhecimento dos docentes de Ciências Contábeis da Grande Goiânia acerca das normas internacionais de contabilidade é de 5,46. Esse nível conhecimento é baixo e revela que os professores não estão atualizados em relação às IFRS, considerando que a convergência total no Brasil ocorreu em 2010.

Apesar do nível de conhecimento em geral ser baixo, os professores têm conhecimento bom quanto ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em que a média é 7,79. O CPC menos conhecido pelos docentes é o CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, em que a média é 4,04, sendo considerado baixo.

Entre as três partes, a Parte 1 é a de maior conhecimento dos professores, em que a média é 6,54. Esse nível de conhecimento ainda é um pouco baixo. Apesar disso, dois pronunciamentos dessa parte, além do CPC 26, se destacam pela média de conhecimento boa, que é o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) e o CPC 27 - Ativo Imobilizado, com níveis de conhecimento de 7,51 e 7,31, respectivamente.

Quanto à Parte 2, o nível de conhecimento dos professores é baixo, sendo igual a 5,00. O CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade é o que os docentes mais conhecem, porém ainda é baixo, sendo a média igual a 6,27. Porém, ao se considerar a quantidade de professores (20%) que se atribuíram a nota da moda (5,00), esta é mais representativa que a média.

Em relação à Parte 3, o nível de conhecimento é 4,79, sendo mais baixo que as outras duas partes. Os respondentes têm mais conhecimento sobre o CPC PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas (R1), em que o nível é de 6,43, também considerado baixo. Entre todos os docentes, 20% se avaliaram com 7,00, que é uma nota mais representativa que a média, considerando que apenas 7,27% respondentes se deram a nota 6,00, que é a que mais se aproxima da média.

Inferiu-se também através do Teste *t* que os homens têm maior conhecimento em IFRS do que as mulheres. Além disso, por meio do Teste ANOVA, concluiu-se que os

respondentes que participaram de cursos sobre IFRS possuem maior conhecimento sobre as normas internacionais do que os que não participaram.

Finalmente, uma limitação desta pesquisa é a aplicação dos questionários, que depende da cooperação dos professores. Como sugestão, poderia ser realizada uma pesquisa para verificar o motivo do conhecimento dos professores em relação às normas internacionais de contabilidade ser tão baixo, tendo em vista que a convergência total ocorreu em 2010 e essas normas utilizadas (CPCs) serem vigentes para grande parte das entidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Romero; FONTELES, Islane Vidal; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Medidas adotadas pelas IFES brasileiras visando a qualificação docente e a adequação de conteúdos com a convergência internacional da contabilidade.** In: 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2011, São Paulo. Anais do 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo: USP, 2011.

BEUREN, Ilsen Maria; PORTON, Rosimere Alves de Bona. Formulação de hipóteses e caracterização de variáveis em pesquisa contábil. In: BEUREN, Ilsen Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade:** teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap. 4.

BEUREN, Ilsen Maria; RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilsen Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade:** teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap. 3.

BIM, Elvis Antonio; NOGUEIRA, Daniel Ramos; REIS, Luciano Gomes dos. **Convergência às normas internacionais de contabilidade:** uma análise sob a perspectiva docente e discente. In: XXXIV ENANPAD, 2010, Rio de Janeiro. Anais do XXXIV ENANPAD, 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Anteprojeto de Reformulação da Lei nº 6.404/76.** Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/port/atos/leis/anteprojeto.asp>>. Acesso em: 1º de maio de 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC:** criação e objetivo do CPC. Brasília: 2005. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/oque.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Processo de Convergência:** Comitê Gestor da Convergência. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=315>>. Acesso em: 5 de junho de 2012.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 196/96.** Estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm> >. Acesso em: 1 de fevereiro de 2013.

DANTAS, José Alves *et al.* **Normatização contábil baseada em princípios ou em regras? Benefícios, custos, oportunidades e riscos.** RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 3-29, mai./ago. 2010.

E-MEC. **Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 3 de junho de 2012.

FERREIRA, Armando Mateus. **SPSS - Manual de utilização**. Castelo Branco: Escola Superior Agrária – Instituto politécnico de castelo Branco, 1999.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Board Activities**. Disponível em: <<http://www.fasb.org/jsp/FASB/Page/SectionPage&cid=1218220079425>>. Acesso em 29 de janeiro de 2012.

GUIMARÃES, Leda Maria *et al.* **O profissional contábil diante da convergência das normas contábeis**: análise da preparação desse profissional nos processos organizacionais. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 8., 2011, Resende. Artigos do 8º SEGET. Resende: AEDB, 2011.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio *et al.* **Percepção dos profissionais brasileiros com relação ao processo de convergência contábil às normas internacionais**. In: XXXV Encontro da ANPAD, 2011, Rio de Janeiro. Trabalhos apresentados no 35º Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

HIRAMATSU, Kazuo; MAYANGSARI, Sekar; SAITO, Masako. **Accounting Education for the Implementation of IFRS in Indonesia**. International review of business, 12, p.1 – 21, março de 2012. Disponível em: <<http://kgur.kwansei.ac.jp/dspace/bitstream/10236/8910/1/12-1.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS FOUNDATION AND INTERNACIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Who we are and what we do document**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/The+organisation/Who+we+are.htm>>. Acesso em: 4 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. **About the IFRS Foundation and the IASB**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/The+organisation/IASCF+and+IASB.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **IASB and FASB Reaffirm Commitment to Memorandum of Understanding**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/News/Press+Releases/IASB+and+FASB+Reaffirm+Commitment+to+Memorandum+of+Understanding.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

IASB INSIGHT. **A short history of the IASB**. London: IASC Foundation, 3rd quarter, 2007. Disponível em: <[http://www.ifrs.org/NR/rdonlyres/96A0433E-EC92-47C2-8C5B-A3A7F2CFAE66/0/Insight\\_Q307.pdf](http://www.ifrs.org/NR/rdonlyres/96A0433E-EC92-47C2-8C5B-A3A7F2CFAE66/0/Insight_Q307.pdf)>. Acesso em: 8 de junho de 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEMES, Sirlei; SILVA, Miriã Gonçalves e. **A Experiência de Empresas Brasileiras na Adoção das IFRS**. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 37-58, jul./set. 2007.

LIMA, João Batista Nast de. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. Tese de doutorado em Ciências Contábeis, apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

LIMA, Vinícius Simmer. **Incentivos no nível da firma e consequências econômicas da convergência ao IFRS no Brasil**. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2011.

LOPES, Alexsandro Broedel; WALKER, Martin. **Firm-level incentives and the informativeness of accounting reports: an experiment in Brazil**. SSRN Working Paper. 2008.

LOURENÇO, Rosenery Loureiro. **Difusão da convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade na comunicação eletrônica dos conselhos da classe contábil**. Dissertação de mestrado do Programa de Mestrado em Contabilidade – Área de Concentração Contabilidade e Finanças, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Cosmo Rogério de; VARELLA, Patrícia Siqueira. **Normas Internacionais de contabilidade, currículo universitário e capacitação docente: um estudo em instituições de ensino da região metropolitana de Londrina/PR**. Revista do CRC PR, Curitiba, ano 36, n° 160, p. 5, 3° quadrimestre de 2011.

PEREIRA, Ednei Moraes. **Avaliação do nível de conhecimento dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB: uma análise nas**

instituições de ensino do Distrito Federal. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília: 2011.

WEHRUNG, Stephanie. **The effect of IFRS convergence on Coastal Carolina University Accounting major students.** Submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of bachelor of science in the honors program at Coastal Carolina University. Conway: 2011.

## **APÊNDICE A – Instituições de ensino superior (IES) da Grande Goiânia**

São IES da cidade de Goiânia que possuem o curso de graduação em Ciências Contábeis na modalidade presencial:

1. Centro Universitário de Goiás – Uni- Anhanguera
2. Faculdade Alves Faria – ALFA
3. Faculdade Araguaia - FARA
4. Faculdade Brasileira de Educação e Cultura – FABEC BRASIL
5. Faculdade Padrão – PADRÃO
6. Faculdade Noroeste - FAN
7. Faculdade Delta
8. Faculdade de Goiânia
9. Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS
10. Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC GOIÁS
11. Universidade Federal de Goiás - UFG
12. Universidade Paulista – UNIP
13. Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO

São IES da cidade de Aparecida de Goiânia que possuem o curso de graduação em Ciências Contábeis na modalidade presencial:

1. Faculdade Alfredo Nasser - FAN
2. Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FANAP
3. Universidade Estadual de Goiás – UEG

É IES da cidade Trindade que possui o curso de graduação em Ciências Contábeis na modalidade presencial:

1. Instituto Aphoniano de Ensino Superior - IAESUP

## APÊNDICE B – Questionário da pesquisa

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Este questionário está sendo aplicado para avaliar o nível de conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis (modalidade presencial) acerca das Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, comumente chamadas de Normas Internacionais de Contabilidade. Ele é parte de uma monografia de conclusão do Curso de Ciências Contábeis da UFG e contribuirá para que o objetivo dessa monografia seja alcançado.

Em caso de dúvidas, entre em contato com a pessoa responsável pela pesquisa, Jaqueline Kuhn, pelos números 62 3434-4163 ou 62 8222-8658.

As informações fornecidas pelo respondente deste questionário serão mantidas em sigilo.

Agradeço pela sua colaboração!

#### PARTE A – INFORMAÇÕES PESSOAIS

<b>1 – Nome</b>		
<b>2- Qual a sua idade?</b>	<b>3 – Sexo</b> ( ) 0. Feminino ( ) 1. Masculino	<b>4 – Qual o seu tempo de docência no ensino superior?</b>
<b>5 - Maior titulação</b> ( ) 0. Graduação ( ) 1. Especialização ( ) 2. Mestrado ( ) 3. Doutorado ( ) 4. Pós-doutorado	<b>6 – Instituição de Ensino Superior (IES) em que ministra aulas</b> ( ) 0. Pública ( ) 1. Privada ( ) 2. Pública e privada	<b>7 - Em qual das opções abaixo se concentram as matérias que você ministra?</b> ( ) 0. Matérias ligadas às IFRS – Auditoria, perícia, contabilidade geral, intermediária, societária, avançada, contabilidade aplicada (agronegócio, cooperativas, bancária, comercial, industrial, securitária, tributária, planejamento tributário e gestão de tributos) ( ) 1. Matérias da área gerencial – custos, análises de custos, controladoria, contabilidade gerencial, teoria de sistema, sistema de informações; ( ) 2. Matérias da área pública – contabilidade governamental, orçamento público. ( ) 3 . Mais de um grupo.
<b>8 – Você possui experiência profissional como contador, auditor ou outra atividade contábil em organizações?</b> ( ) 0. Não ( ) 1. Sim	<b>9 - Você possui fluência em alguma língua estrangeira?</b> ( ) 0. Não ( ) 1. Sim	<b>10 – Atualizo-me em relação às IFRS por meio de: (Podem ser marcadas mais de uma alternativa)</b> ( ) 0. Livros ( ) 1. Cursos ( ) 2. Palestras ( ) 3. Seminários ( ) 4. Outros. Quais?
<b>11 – Você já participou de algum curso sobre normas internacionais de contabilidade?</b> ( ) 0. Não ( ) 1. Sim. Qual foi a carga horária?		

**PARTE B – CONHECIMENTO DOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS DO CPC  
(COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS)**

Avalie o seu conhecimento em relação aos seguintes CPCs, atribuindo notas de 0 a 10.	Nota
<b>12</b> - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro	
<b>13</b> - CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	
<b>14</b> - CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	
<b>15</b> - CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado	
<b>16</b> - CPC 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	
<b>17</b> - CPC 16 (R1) - Estoques	
<b>18</b> - CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada	
<b>19</b> - CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos	
<b>20</b> - CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	
<b>21</b> - CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis	
<b>22</b> - CPC 27 – Ativo Imobilizado	
<b>23</b> - CPC 30 – Receitas	
<b>24</b> - CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	
<b>25</b> - CPC 5 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas	
<b>26</b> - CPC 6 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil	
<b>27</b> - CPC 7 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais	
<b>28</b> - CPC 12 – Ajuste a valor presente	
<b>29</b> - CPC 19 – Investimento em empreendimento controlado em conjunto ( <i>Joint Venture</i> )	
<b>30</b> - CPC 22 – Informações por segmento	
<b>31</b> - CPC 24 – Evento subsequente	
<b>32</b> - CPC 28 – Propriedade para investimento	
<b>33</b> - CPC 32 – Tributos sobre o lucro	
<b>34</b> - CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	
<b>35</b> - CPC 8 (R1) - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	
<b>36</b> - CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações	
<b>37</b> - CPC 15 (R1) – Combinação de negócios	
<b>38</b> - CPC 17 – Contratos de construção	

<b>39 - CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola</b>	
<b>40 - CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada</b>	
<b>41 - CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas</b>	
<b>42 - CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração</b>	
<b>43 - CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação</b>	
<b>44 - CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação</b>	
<b>45 - CPC 43 (R1) – Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 41</b>	
<b>46 - CPC PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas (R1)</b>	